

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2007**

**Área Temática: Crédito - Pronaf**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Julho de 2007

## Índice

<b>Planos para a agricultura</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 01/07/2007 ....	4
<b>Experiências de microcrédito são apresentadas no Ceará – Sítio Eletrônico do MDS</b> – 02/07/2007 .....	5
<b>Pesca terá R\$ 500 mi</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 02/07/2007 .....	6
<b>Mais crédito para o agronegócio familiar</b> - Niza Souza – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 04/07/2007 .....	6
<b>Proposta da Fazenda para dívida desagrada</b> – Mauro Zanata – Valor Econômico – Agronegócios - 04/07/2007 .....	8
<b>Dívidas</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities - 05/06/2007 .....	8
<b>Solução para gargalos</b> – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 05/06/2007 .....	9
<b>Rolagem de dívidas novamente em foco</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 05/07/2007 .....	9
<b>Ruralista quer bônus de 32% sobre dívida</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 06/07/2007 .....	10
<b>Dívida agrícola de R\$ 131 bi provoca impasse. De novo</b> - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007.....	11
<b>Para agricultores, há resistência e falta de clareza na equipe econômica</b> - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007.....	12
<b>‘Acho difícil se encontrar uma solução definitiva’</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007 .....	14
<b>Rolagem de dívidas já custa R\$ 10,4 bilhões em 10 anos</b> - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 09/07/2007.....	15
<b>Decisão sobre dívidas agrícolas sai até dia 15</b> - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007 .....	17
<b>Governo planeja carência de até 5 anos a agricultores</b> – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/07/2007.....	18
<b>Plano Safra 2007/2008 investirá R\$ 12 bilhões na agricultura familiar</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 10/07/2007 .....	19
<b>NOTA SOBRE O ENDIVIDAMENTO AGRÍCOLA</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 11/07/2007 .....	23
<b>Governo cede de novo em rolagem de dívidas</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agroengócios - 11/07/2007 .....	24
<b>STEPHANES DIZ QUE ACORDO GARANTE ACESSO DOS AGRICULTORES AO CRÉDITO</b> – Cláudio Cunha – Sítio Eletrônico do MAPA – 11/07/2007 .....	25
<b>Sai renegociação da dívida agrícola</b> - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/07/2007 .....	26
<b>Bancada ruralista ameaça de novo os cofres públicos</b> – Valor Econômico – Opinião - 12/07/2007 .....	27
<b>Governo confirma rolagem de R\$ 7 bi em dívidas rurais</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/07/2007 .....	28
<b>Agricultura familiar do Paraná terá R\$ 1,3 bi na safra 2007/08</b> - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 12/07/2007 .....	29
<b>Medidas do Governo sobre Endividamento Rural</b> – CNA – 13/07/2007 .....	29
<b>O pedágio ruralista</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 13/07/2007.....	31

## Segunda Quinzena

<b>Corda de enforcado</b> – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/07/2007 .....	32
<b>Garantia-Safra 2006/2007 contempla mais de 346 mil agricultores familiares Sítio do MDA</b> – 17/07/2007 .....	34
<b>Para gastar menos, governo muda política de subsídio</b> - Mauro Zanatta e Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 19/07/2007 .....	35
<b>Custos com armazenagem recuam</b> – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 19/07/2007 .....	37
<b>Nova linha do Pronaf apóia energias renováveis e sustentabilidade ambiental</b> – Sítio eletrônico do MDA – 20/07/2007 .....	37
<b>LIBERADOS R\$ 62,7 MILHÕES DO FUNCAFÉ</b> – João Carlos Rodrigues - Sítio Eletrônico do MAPA – 23/07/2007 .....	40
<b>Comitê de Agroecologia do Condraf amplia espaços para debate sobre o tema</b> – Sítio Eletrônico da SAF – 23/07/2007 .....	40
<b>DEMANDA POR CRÉDITO RURAL CRESCEU 5% NO ANO-SAFRA 2006/2007</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 24/07/2007 .....	42
<b>'Sobra' de R\$ 5,4 bi em crédito de 2006/07</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 24/07/2007 .....	47
<b>CRÉDITO</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/07/2007 .....	48
<b>EXCESSO DE EXIGÊNCIAS</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/07/2007 .....	48
<b>CMN APROVA AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA DE CUSTEIO</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 26/07/2007 .....	48
<b>Apoio à produção ajuda agricultor a realizar o sonho de se manter em sua terra</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 27/07/2007 .....	49
<b>CMN estica prazo para dívidas</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios- 27/07/2007 .....	50
<b>Dívidas são empecilho à expansão da soja</b> - Agnaldo Brito E Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/07/2007 .....	51
<b>Novas medidas do Seguro da Agricultura Familiar visam ampliar o acompanhamento das lavouras</b> – Sítio Eletrônico da SAF – 31/07/2007 .....	53

## **Planos para a agricultura – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 01/07/2007**

Os produtores terão crédito mais farto e mais barato para produzir alimentos e matérias-primas na safra 2007-2008, segundo os planos anunciados pelo governo federal. Serão R\$ 58 bilhões para a atividade empresarial e R\$ 12 bilhões para a chamada agricultura familiar, 16% a mais, no conjunto, que o total programado para a temporada anterior. As condições de financiamento são a parte mais vistosa dos pacotes apresentados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na prática, não devem representar grande mudança para a agropecuária. Não faltou dinheiro nos bancos, nos últimos anos, para as despesas de custeio e de investimento. Faltou ação governamental na hora certa, e na escala suficiente, para socorrer os produtores afetados pela seca, pelo descasamento entre custos e câmbio e por problemas sanitários de grande repercussão.

Entre os vários objetivos mencionados na apresentação do Plano Agrícola e Pecuário, dois são especialmente importantes: 1) “reduzir a necessidade de intervenções pontuais e casuísticas do governo, sobretudo em situações de crise”; e 2) “contribuir para a estabilidade da renda agrícola”. São objetivos elementares de qualquer política agrícola razoável. Pressupõem, no entanto, um amplo e confiável sistema de seguro rural, um mecanismo eficiente de apoio à comercialização e um trabalho rotineiro e preciso de vigilância e de proteção sanitária.

O governo tem falhado em todos esses quesitos. A defesa sanitária continua deficiente e isso foi reconhecido pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, no discurso de apresentação do plano. “É inaceitável”, afirmou, “perder bilhões de reais por falta de um bom controle sanitário, seja da febre aftosa, da brucelose ou da tuberculose dos animais.” Mas o risco permanece, mesmo depois do último surto de aftosa em Mato Grosso do Sul, porque o dinheiro orçado tem sido insuficiente, a liberação de recursos tem sido lenta e o poder público permanece mal aparelhado para esse trabalho. “Na área vegetal”, disse também o ministro, “perdemos R\$ 2,19 bilhões com a ferrugem asiática na última safra.” Essa referência dispensa comentários adicionais. O ministro exibiu otimismo, apesar de tudo: segundo o presidente, disse Stephanes, não faltarão recursos para esse trabalho.

O sistema de seguro continua também deficiente. Cobre apenas 2,4% da área plantada, segundo informação contida no resumo do plano. O sistema tem escala reduzida, porque sua clientela é pequena, seus custos são elevados e os prêmios são muito caros.

A solução, segundo o ministro, será a substituição do atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural por um Fundo de Catástrofe, desenhado para estimular a participação das seguradoras no sistema. O projeto, informou Stephanes, estava pronto para ser encaminhado ao Congresso. Esse assunto, complicado e árido, poderá ficar esquecido no Parlamento, se o governo não se empenhar por sua tramitação. Assuntos como esse dificilmente atraem a atenção do público. Sua importância torna-se evidente para todos somente quando uma seca destrói a colheita de alguns milhares de produtores e eles acampam em Brasília.

A agenda mencionada pelo ministro inclui vários outros problemas. Merecem destaque, por sua importância, as deficiências da infra-estrutura, o endividamento do setor

agrícola e as barreiras comerciais. Para resolver a primeira questão, o governo deve conter os gastos de custeio, reservar mais verbas para investimento e decidir, afinal, como será a cooperação com os investidores privados. Nesses detalhes o ministro não entrou, embora contenham a chave para a solução do problema logístico.

Do endividamento o governo tem cuidado em várias ocasiões, em geral sem muito critério. Tem renegociado as dívidas tanto de quem merece a ajuda quanto dos aproveitadores e maus pagadores habituais. É melhor o ministro cuidar do assunto com muita prudência, para não jogar o Tesouro numa nova armadilha.

Quanto às distorções do comércio internacional, não serão eliminadas facilmente. A Rodada Doha de negociações comerciais produzirá resultados modestos, se não fracassar totalmente. Resta cuidar dos acordos bilaterais e inter-regionais, mas destes o governo tem cuidado com escasso realismo.

#### **Experiências de microcrédito são apresentadas no Ceará – Sítio Eletrônico do MDS – 02/07/2007**

Conhecer os projetos de microcrédito urbano e rural que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) desenvolve em Municípios do Ceará. Este é o objetivo da visita que a secretária de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Kátia Campos, faz à instituição financeira, em Fortaleza, nesta terça-feira (03/07), a partir das 9h. O microcrédito é uma modalidade de financiamento que busca permitir o acesso dos pequenos empreendedores a linhas de crédito.

Durante a visita, os dirigentes do BNB vão relatar à secretária Kátia Campos as experiências de microcrédito conhecidas como Crediamigo e Agroamigo. O Crediamigo visa facilitar o acesso ao crédito a empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Associado ao crédito, também é oferecido aos clientes acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso. Neste ano, o BNB destina R\$ 288 milhões para a iniciativa.

Já o Agroamigo se destina à concessão de crédito para a área rural. O programa é destinado a produtores rurais familiares que exploram parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros e que possuam renda bruta de até R\$ 3 mil por ano. Ainda durante a reunião, serão apresentadas as experiências bem sucedidas destas duas ações nas cidades cearenses de Paracuru, Itaitinga, Maranguape e Pacajus.

Após esta reunião de apresentação dos programas do BNB, a secretária Kátia Campos visita uma unidade do Crediamigo e dois agricultores beneficiados pelo Agroamigo, no Município de Maranguape, região metropolitana de Fortaleza. A visita da dirigente da SAIP termina com um almoço com o presidente do banco, Roberto Smith.

#### **SERVIÇO - *Visita da secretária do Ministério do Desenvolvimento Social, Kátia Campos, ao Banco do Nordeste do Brasil para conhecer experiências de microcrédito***

**Data:** 03 de julho de 2007 - **Horário:** A partir das 9h - **Local:** Banco do Nordeste do Brasil – Avenida Paranjana, 5.700, Bairro Castelão – Fortaleza (CE)

## **Pesca terá R\$ 500 mi** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 02/07/2007

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República anunciou na sexta-feira a liberação de R\$ 500 milhões do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) para pescadores artesanais e aquicultores familiares. No ano passado, foram liberados cerca de R\$ 200 milhões.

## **Mais crédito para o agronegócio familiar** - Niza Souza – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 04/07/2007

Agricultores conseguem melhorar rentabilidade com recursos do Pronaf, que tem juros acessíveis para os pequenos

A propriedade é pequena, dois hectares, mas o produtor de flores José Benedito Dainezi, de Holambra (SP), é um bom exemplo de que, com incentivo, a agricultura familiar pode colaborar ainda mais com o agronegócio brasileiro. Em 2001 ele deixou o emprego como gerente de uma fazenda. Conseguiu um financiamento no programa Banco da Terra - crédito fundiário do governo - para comprar um sítio e outro no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, para iniciar a produção.

Na época, Dainezi se encaixava no Pronaf A, linha para assentados ou beneficiários do crédito fundiário. 'Consegui R\$ 12 mil, o teto da linha', lembra ele. 'Com o dinheiro comprei algumas estufas e os insumos para começar a produzir.' Hoje já são 4 mil metros quadrados de estufa, que garantem a produção de 3 mil vasos de gerbera por semana.

De olho nestes produtores, a maioria hoje no Brasil, o governo federal tem destinado cada vez mais verbas para o Pronaf. Nos últimos sete anos, o volume de dinheiro aumentou seis vezes. Na safra 2000/2001, a verba destinada para as linhas do Pronaf era de pouco mais de R\$ 2 bilhões. Para a próxima safra, 2007/2008, o governo vai repassar R\$ 12 bilhões.

Apesar de todo esse volume de recursos alocados para o Pronaf, muitos agricultores ainda enfrentam obstáculos para conseguir acesso ao crédito. Na safra passada o governo alocou R\$ 9 bilhões, mas só foram contratados R\$ 6,2 bilhões. 'Falta informação e sobra burocracia', analisa o consultor José Carlos Pedreira de Freitas. Ele calcula que o potencial de contratos do Pronaf são os cerca de 3,5 milhões de produtores que estão fora do chamado 'agronegócio brasileiro'. Mas na safra passada, o volume de contratos foi de 1,4 milhão, menos da metade do potencial.

Para Freitas, que também é diretor da Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural (Agrifam), há falta de estímulo para as instituições financeiras emprestarem. Além disso, diz, os bancos exigem garantias que os produtores não têm como oferecer. 'Não é à toa que os Estados que mais financiam no Pronaf são Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde os pequenos produtores são parceiros, ligados a grandes empresas, que dão a garantia complementar.'

## **MAIS INFORMAÇÃO**

O diretor de Financiamento e Proteção da Produção Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), João Luiz Guadagnin, trabalha com outros números, mais otimistas. Segundo ele, o MDA estima o universo de crescimento do Pronaf em torno de 800 mil contratos. 'Hoje, mais da metade da agricultura familiar está no programa. O índice é maior nos grupos C, D e E, onde se enquadram os produtores que têm uma relação mais intensa com o comércio', diz. 'Pode haver problemas, mas são localizados. Não há dificuldade de acesso ao crédito.'

Mesmo assim, Guadagnin destaca que uma das ações do governo para o plano safra 2007/2008 para a agricultura familiar é justamente a ampliação dos recursos voltados para a assistência técnica e extensão rural. Serão destinados em torno de R\$ 168 milhões para a capacitação de 20 mil técnicos.

O plano para o próximo ano-safra também tem outras boas notícias para os produtores familiares, como a redução de juros para todos os grupos, que eram entre 1% e 7,25% e passam agora para 0,5% a 5,5% ao ano; a ampliação dos limites de financiamento para os grupos A/C, C e D; e o aumento dos limites de renda, que passaram de R\$ 80 mil para R\$ 110 mil.

## **PRONAF EM NÚMEROS**

### **R\$ 10 bilhões**

foi o montante alocado pelo governo na safra 2006/2007

### **R\$ 6,2 bilhões**

foi o volume contratado pelos produtores em 2006/2007

### **R\$ 9 bilhões**

foram destinados para o Pronaf na safra 2005/2006

### **R\$ 7,6 bilhões**

foram contratados em 2005/2006

**Proposta da Fazenda para dívida desagrada** – Mauro Zanata – Valor Econômico –  
Agronegócios - 04/07/2007

Um mês depois de iniciados estudos e levantamentos prévios, o grupo de trabalho criado para discutir a renegociação das dívidas do setor rural recebeu ontem a primeira proposta formal do governo. O Ministério da Fazenda propôs a prorrogação parcial e a aplicação de bônus de adimplência para débitos estimados em R\$ 5,2 bilhões nos programas de investimento administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apurou o Valor.

Em reunião no Ministério da Agricultura, representantes do setor e parlamentares da bancada ruralista receberam com desgosto a sugestão da área econômica do governo. Pela proposta, que não incluiu uma solução para os débitos de R\$ 20,5 bilhões do custeio da safra 2006/2007, as dívidas dos produtores e cooperativas em alguns programas investimentos teriam 70% dos valores rolados para o fim dos contratos - 30% teriam que ser quitados no ato da adesão à repactuação.

A proposta foi considerada insuficiente pelos ruralistas porque incluiu apenas R\$ 700 milhões das dívidas totais de R\$ 5,2 bilhões. Os débitos de investimento nos programas de aquisição de máquinas (Moderfrota e Finame Agrícola Especial) e agregação de valor a cooperativas (Prodecoop) seriam contemplados apenas com um bônus de adimplência de 3% sobre o saldo devedor. O índice seria descontado das parcelas restantes de cada contrato.

No caso dos R\$ 20,5 bilhões em débitos de custeio a vencer neste ano, o governo acenou apenas com a prorrogação dos volumes para 2008. Os ruralistas insistem em uma "solução de longo prazo", ou seja, na diluição das dívidas ao longo de um determinado prazo - algo como foi operado no programa de securitização dos débitos em 1995. O setor arrancou do governo uma "moratória" até o dia 31 de agosto para essas dívidas. Hoje, governo e ruralistas voltam à mesa de negociação para tentar uma proposta considerada mais favorável pelo setor. (MZ)

**Dívidas** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities -  
05/06/2007

As dívidas dos produtores agrícolas, que normalmente ficam em torno de 30% do PIB agrícola, estão atualmente em 54%. Contas da FGV indicam que só as dívidas atrasadas somam R\$ 81 bilhões. Se forem somados os financiamentos para a próxima safra, vão ultrapassar R\$ 100 bilhões.



## **Solução para gargalos – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 05/06/2007**

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, reiterou ontem que o governo reduzirá a alíquota dos juros controlados voltados ao crédito rural no Plano de Safra 2007/08. Atualmente, a taxa é de 8,75% ao ano. Ele observou que há no governo nove gargalos para o desenvolvimento da agricultura, e um deles é o aumento nos preços dos insumos, especialmente de fertilizantes. Stephanes ponderou que o setor tem uma característica que complica a realização de ações: a concentração da produção mundial em poucos grupos.

## **Rolagem de dívidas novamente em foco - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 05/07/2007**

Sob ameaças de boicote em votações no Congresso e forte pressão política, o governo vai ceder, pela segunda vez na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aos apelos do setor rural por uma nova renegociação das dívidas agrícolas. Em jogo, está a rolagem de pelo menos R\$ 38,4 bilhões em débitos com vencimento neste ano ou já repactuados a partir de 1995. Além disso, as negociações abrangem rolagens de R\$ 20,5 bilhões em dívidas de custeio, comercialização e investimento já prorrogadas desde a safra 2003/04, que vencem a partir deste mês de julho.

As negociações estão arrastadas. O governo concedeu uma "moratória" até 31 de agosto para resolver a questão. Na segunda rodada de negociação, ontem, o Ministério da Fazenda ofereceu ao setor a prorrogação das dívidas de investimento para o fim dos contratos, com percentuais diferenciados por programas, Estados e culturas específicas.

Estima-se um total de R\$ 5,2 bilhões com vencimento em 2007. Para as dívidas de aquisição de máquinas (Moderfrota e Finame Agrícola Especial) e de cooperativas (Prodecoop), o governo ofereceu a rolagem de 60% para produtores de algodão (GO, BA, MT e MS), soja (DF, GO, MT, MS, BA, MA e PI), milho (MT, GO, MS e BA) e arroz (RS, SC e MT). Os demais teriam apenas 20% da dívida repactuada.

Para os outros programas (Pronaf Investimento, Moderinfra, Moderagro, Prodeagro, Prodefrutas, Prolapec e PropFlora), ofereceu a prorrogação de 70% para os produtores dos mesmos Estados e culturas e de 30% para os demais. Além disso, o governo manteve o bônus por adimplência de 15% sobre a parcela de 2007, o que resultaria num desconto de 3% sobre o saldo devedor. Quem não pagasse em 2007, não teria esse bônus.

Muito insatisfeitos com as soluções oferecidas pelo governo, os ruralistas ameaçam barrar a votação da renovação do chamado imposto do cheque, a CPMF, que deve render ao Tesouro R\$ 39 bilhões neste ano. "Se não houver acordo, a bancada ruralista vai dificultar as discussões e obstruir as votações da CPMF. Não tem conversa", afirmou o deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), presidente da subcomissão que discute o endividamento rural com o governo. A proposta feita ontem à noite pela Fazenda.

A tensão entre ruralistas e governo remonta à grave crise de renda registrada no segmento de grãos a partir do fim de 2004. O setor considera ter sido preterido nas negociações, mesmo com as rolagens de dívidas de custeio e investimentos que implicaram num custo estimado em R\$ 10 bilhões ao Tesouro ao longo de dez anos. Antes, no mandato de Fernando Henrique Cardoso, o setor foi brindado com um alongamento de 24 anos para dívidas até R\$ 200 mil (securitização) e de 20 anos para débitos acima desse teto.

Neste ano, as divergências voltaram à tona e aumentaram as pressões das bases eleitorais dos parlamentares por uma "solução definitiva". Os ruralistas exigem agora uma "medida sistêmica de longo prazo" como a criação de um programa de parcelamentos de débitos. A adoção de um "Refis Agrícola", semelhante ao programa lançado em 2000 para refinar dívidas fiscais com a União, rolaria débitos de produtores no longo prazo - o Refis previu máximo de 15 anos -, com um recálculo das dívidas, juros baixos (TJLP), sem necessidades de garantias reais adicionais e parcelamento dos débitos com um percentual máximo de comprometimento da renda bruta, além da suspensão das execuções judiciais por inadimplência pelo governo.

Em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, dirigentes dos bancos privados e do Banco do Brasil mostraram um cenário das dívidas rurais. O BB detém um estoque de R\$ 44,5 bilhões e os bancos ligados à Febraban, outros R\$ 40,2 bilhões. O estoque total das dívidas do setor somam R\$ 131 milhões, segundo levantamento do Ministério da Fazenda. O diretor de Agronegócios do BB, José Carlos Vaz, afirmou aos parlamentares que o banco prorrogou R\$ 8,4 bilhões em dívidas de custeio e investimento entre 2004 e 2006.

Responsável por uma fatia de 55% de todo o crédito rural do país, o BB afirmou ter 1,4 milhão de clientes no setor e um carteira de R\$ 64,5 bilhões. O assessor técnico da Febraban, Ademiro Vian, informou que as prorrogações no sistema financeiro privado somaram R\$ 1,64 bilhão no mesmo período. Desse total, R\$ 301 milhões estão em atraso. Os bancos privados têm um nível de risco bastante razoável.

Segundo Vian, 77,3% dos clientes do agronegócio estão classificados entre os níveis "AAA" e "B" de risco de crédito. As instituições financeiras ligadas à Febraban têm uma carteira de R\$ 3,31 bilhões em empréstimos com recursos das exigibilidades - a parcela de 25% que os bancos são obrigados a aplicar no setor rural. Desse total, apenas R\$ 31,04 milhões estão em situação de atraso.

### **Ruralista quer bônus de 32% sobre dívida - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 06/07/2007**

Descontentes com os termos da oferta do governo para uma nova renegociação das dívidas agrícolas, deputados da bancada ruralista e dirigentes do setor apresentaram ontem uma contraproposta ao Ministério da Fazenda. A comissão sugeriu a aplicação de um bônus de 32% sobre a parcela de R\$ 5,2 bilhões de débitos nos programas de investimento com vencimento previsto para 2007. As dívidas seriam roladas para um ano após o fim dos contratos.

Pela proposta, todos os produtores seriam beneficiados, à exceção dos segmentos de cana-de-açúcar e laranja, considerados em situação regular. Na prática, a medida significaria um desconto de 6,75% sobre o saldo devedor dos investimentos, estimado em R\$ 49 bilhões pelo setor - ou R\$ 3,3 bilhões de folga.

Na terça-feira, o governo havia oferecido um bônus de 15% condicionado ao pagamento de 30% ou 40% da parcela, dependendo do programa. O desconto seria de R\$ 1,5 bilhão. Ontem, os ruralistas pediram o fim desse "pedágio". Fontes envolvidas na negociação informam ser possível um acordo para um bônus entre 20% a 25%, sem a necessidade do pagamento de qualquer percentual.

No caso dos empréstimos de custeio, ficou previamente acertado entre governo e ruralistas a rolagem de R\$ 1,8 bilhão em dívidas já prorrogadas dos anos-safra 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006. Também houve consenso para permitir uma "moratória" dos débitos até 31 de agosto e dar tratamento igual a todos os produtores. "Queremos corrigir os absurdos gerados por juros altos praticados até aqui. Limpar a gordura de multas e taxas por inadimplências anteriores", disse o deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS).

O impasse nas negociações tem gerado um clima tenso nas reuniões. Por isso, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, interveio ontem para serenar os ânimos, sobretudo de deputados. Com mais calma para debater os temas, a comissão avançou na tentativa de reduzir os juros e alongar os prazos de pagamento para as dívidas de investimento dos programas de aquisição de máquinas (Moderfrota e Finame Agrícola Especial) e de cooperativas (Prodecoop).

Os ruralistas afirmam que o Tesouro Nacional tem deixado de gastar R\$ 350 milhões com a prevista equalização das taxas de juros nessas três linhas em função da queda da TJLP. Com essa "folga", argumentam, seria possível subsidiar a aplicação de um bônus maior nas demais linhas de investimento administradas pelo BNDES - Moderinfra, Prodeagro, Prodefrutas, Prolapec, Propflora e Moderagro, além do Pronaf Investimento.

"Não podemos levar aos produtores uma proposta que obrigue o setor a desembolsar dinheiro agora", defendeu o deputado Abelardo Lupion (DEM-PR). Segundo ele, o governo terá que aceitar a renegociação sob pena de ter seus projetos obstruídos nas sessões de votação.

### **Dívida agrícola de R\$ 131 bi provoca impasse. De novo** - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007

Após um mês de negociações, governo, agricultores e parlamentares não encontram solução para o problema

Agricultores, Congresso e governo estão correndo contra o tempo para tentar arrumar uma solução à altura de um número de respeito: R\$ 131 bilhões. Esse é o montante da dívida do setor agrícola, rolada há pelo menos dez anos.

A pressa na negociação é ditada por dois parâmetros: 1) a emergência imposta pelas parcelas de programas de custeio e investimento que vencem neste ano, equivalentes a R\$ 8 bilhões; 2) os agricultores querem empurrar esse valor para o ano que vem sob a alegação de que, do contrário, vai faltar dinheiro para a safra 2007/08.

Após um mês de junho inteiro de negociação, o grupo de trabalho formado por parlamentares, técnicos dos Ministérios da Fazenda e da Agricultura e associações dos produtores tentarão atacar dois pontos que levaram a um impasse: o pagamento de um percentual mínimo das parcelas só de custeio, que vencem este ano e somam cerca de R\$ 2 bilhões, e do valor do bônus que seria oferecido aos produtores que optarem por quitar os débitos de investimentos com vencimento em 2007.

A proposta do governo inclui o pagamento de um percentual mínimo, a ser determinado em razão da cultura e do Estado, e a prorrogação de um ano para o valor remanescente. A bancada ruralista quer retirar a obrigatoriedade de pagamento e pede a prorrogação integral de todas as parcelas que vencem neste ano. Em síntese, não pagar nada e rolar tudo.

O segundo ponto de discórdia é o bônus de adimplência, um desconto sobre a parcela que vence neste ano. O governo oferece 3% sobre o saldo devedor dos programas Moderfrota, Finame Especial e Prodecoop, o que equivale a um desconto de 15% sobre as parcelas que vencem neste ano. O assessor especial do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, explica que o bônus é decorrente dos ganhos do Tesouro com a redução na TJLP, que recuou de 9,75% para 6,5% desde 2005. A proposta da bancada ruralista é que o bônus concedido pelo governo seja de pelo menos 32% sobre o valor das parcelas.

Segundo Bittencourt, a prorrogação das dívidas de custeio e a definição dos percentuais mínimos de pagamento não precisam passar pelo Congresso e podem ser aprovadas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN). Mas, no caso do bônus, é preciso aprovação dos parlamentares porque envolve o orçamento do Tesouro. “O bônus poderia ser incluído na MP do Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA), que já tramita no Congresso.”

**Para agricultores, há resistência e falta de clareza na equipe econômica** - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007

‘Eles querem produtores quebrados?’, pergunta o deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), da bancada ruralista

Para o presidente da Comissão Nacional de Crédito Rural da Confederação de Agricultura e Pecuária, Carlos de Vaz Sperotto, existe uma atitude receptiva do Ministério da Agricultura na negociação das dívidas rurais, mas falta à equipe econômica uma clareza maior sobre a importância do setor para o conjunto da economia. “O ambiente é proativo, mas há muita resistência por parte da Fazenda. O governo precisaria considerar os resultados positivos da agricultura na economia brasileira”, afirma Sperotto.

A posição do Ministério da Fazenda é alvo de críticas diretas da bancada ruralista, a começar pelo presidente da subcomissão de endividamento da Comissão de Agricultura, Abelardo Lupion (DEM-PR). “Eles querem produtores quebrados?”, pergunta Lupion.

A crise mais recente da agricultura coincide com a desvalorização do dólar. Em 2004, quando começou o processo de valorização do real, ocorreu a primeira grande estiagem que afetou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. No ano seguinte, o fenômeno climático El Niño provocou nova seca, que desta vez atingiu os Estados do Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Para agravar a situação, os preços das commodities agrícolas, que estavam em alta nos anos anteriores, sofreram forte queda no período. As culturas mais afetadas são: algodão, soja, arroz, milho, trigo, feijão e café.

## **HISTÓRICO**

Para entender melhor o endividamento rural, André Pessoa, sócio-diretor da Agroconsult, divide-o em quatro linhas: o montante necessário para manter o fluxo financeiro do agricultor, estimado por ele em R\$ 60 bilhões; as dívidas de longo prazo; e mais duas linhas divididas entre o que ele classifica como “colesterol bom”, oriunda de empréstimos para investimento na expansão da capacidade produtiva, e “colesterol ruim”, referente a dívidas de custeios que teriam de ser feitos com o capital de giro, mas para os quais o agricultor adquire novos financiamentos para compra de insumos, como sementes, adubos e defensivos.

A crise da agricultura brasileira teve início na década de 90, fruto dos planos econômicos que resultaram na troca da moeda e no aumento dos juros. O governo Fernando Collor de Melo (1990/92) atualizou as dívidas antigas, entre elas a do setor agrícola, que passaram a ser corrigidas pela Taxa Referencial (TR), calculada a partir de uma média das taxas de juros pagas pelos CDBs prefixados de 30 instituições financeiras, mais 9,5% de juros ao ano. “Os juros ficaram muito elevados e os produtores não conseguiam mais pagar suas dívidas. Por isso, eles abriram novos empréstimos para quitar dívidas anteriores realizando operações ‘mata-mata’”, explica André Pessoa.

O consultor técnico da Comissão de Agricultura da Câmara e assessor da deputada federal Jusmari Oliveira (PR-BA), Nelson Fraga, lembra que os índices de correção da dívida entre 1º de julho de 1994 e 30 de novembro de 1995 ficaram em 80%. “A introdução do Plano Real agravou a situação do setor por conta da paridade real/dólar, que facilitava a importação, e da forte queda dos preços agrícolas.”

O resultado da nova taxa de juros foi o descasamento entre a correção das dívidas e os preços mínimos de referência do arroz, feijão, milho, soja, etc. Com o agravamento da crise, já no mandato de Fernando Henrique (1995-2002), o governo autorizou a securitização da dívida para devedores de até R\$ 200 mil com juros de 3% ao ano e vencimento entre 7 e 10 anos.

Em 1998, foi criado o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), quando foram liberados R\$ 2,1 bilhões do Tesouro Nacional com encargos de 4% ao ano e variação com base no IGP-DI, com 15 anos de prazo. No início de 2000, em nova renegociação, foi criado o Programa Nacional de Saneamento de Ativos (Pesa), que dessa vez incluía agricultores com saldo devedor acima de R\$ 200 mil e prazo de pagamento de 20 anos. Em 2001, os produtores beneficiados pela securitização tiveram um alongamento da dívida por mais 23 anos. No ano seguinte, o governo renegociou as parcelas não pagas do Pesa por mais 13 anos.

## **RENDA DO PRODUTOR**

Com a expansão, o governo passou a incentivar o agricultor a melhorar a capacidade de produção. Com isso, estimulados pelo governo, os produtores contrataram linhas de financiamento para investimentos em máquinas e implementos agrícolas, silos, sistemas de irrigação, etc.

Os principais programas, geridos pelo BNDES, são o Moderfrota e Finame Agrícola Especial, ambos criados no fim da década de 90. “O problema é que o governo estimulou o investimento, mas sem cuidar da renda do produtor, que está sujeita a intempéries, pragas e risco de mercado”, afirma Fraga.

Após a renegociação das dívidas, a agricultura ampliou a produção e as exportações. Na safra 2000/01, o Brasil produziu 100 milhões de toneladas e exportou US\$ 23,846 bilhões no fim daquele ano. Em três anos, a produção atingiu 114 milhões de toneladas e as vendas externas, puxadas pelo boom da soja, somaram US\$ 49,068 bilhões. A partir daí, a desvalorização do dólar e os problemas climáticos reduziram drasticamente a capacidade de pagamento dos produtores, desembocando no atual impasse.

**‘Acho difícil se encontrar uma solução definitiva’** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, reconhece que não será fácil chegar a uma solução para as dívidas dos agricultores. “São dívidas acumuladas, que começaram na década de 90, algumas decorrentes de planos econômicos, que se agravaram com os problemas climáticos em 2004/05 e 2005/06. Este ano tivemos melhora, mas ainda é insuficiente depois de duas quebras de safra”, explica.

Stephanes lembra, ainda, que o produtor do Centro-Oeste, que responde por 30% do total das dívidas de investimento, é o mais fragilizado, por conta da precária infra-estrutura do País, que encarece o escoamento da safra e aumenta o custo do produtor. Segundo o ministro, estudos de consultorias apontam que esses agricultores só terão condições de começar a pagar as dívidas no período 2009/2010. Nesta entrevista ao Estado, o ministro diz que o cenário é diferente no Paraná, onde os produtores já começam a saldar as dívidas referentes a safras anteriores.

**O sr. acredita numa solução definitiva para o endividamento rural, como quer a bancada ruralista?**

Acho difícil se encontrar uma solução definitiva. Até porque isso dependerá da capacidade de produção, do mercado e dos preços dos produtos agrícolas nos próximos anos. Ou seja, em última análise, da renda que o produtor terá. Se, nesta safra que se planta agora, a produção e os preços forem bons, será uma situação diferente. Se a safra for boa e os preços forem ruins, a situação será outra. Por isso, eu acho que uma solução definitiva é difícil. Agora, talvez seja o caso de estabelecer algumas regras definitivas, que incluiriam a vinculação da renda líquida do produtor ao pagamento da dívida. Essa seria uma regra possível.

**E a solução para as dívidas que vencem neste ano?**

Para as dívidas de prazo mais curto, eventualmente, pode-se discutir as hipóteses de prorrogar para um ano mais ou, eventualmente, de uma estruturação de longo prazo. Com outros critérios de pagamento pode-se ter um alongamento, a depender da renda. Claro que,

nesse caso, o alongamento de Mato Grosso será diferente do previsto para o Rio Grande do Sul.

### **Esta é a terceira grande negociação das dívidas dos agricultores desde as negociações para o Pesa e a Securitização?**

Sim, mas com a diferença de que está sendo feita fora de um momento de grande pressão ou crise. Mas é claro que, se a questão não for resolvida, poderemos ter problemas mais sérios mais à frente, que teremos de resolver em momentos de crise, o que é sempre mais difícil. Isso envolve a ampliação do seguro rural. Hoje, apenas 2,4% das áreas cultivadas estão cobertas pelo seguro, o plano de governo para esta safra é atingir 10% da área plantada. Com isso, será possível atingir, por exemplo, uns 25% da área de risco, já que não é toda a área cultivada e nem todos os agricultores que necessitam do seguro. O projeto de lei do Fundo de Catástrofe será enviado para o Congresso em agosto. Nós calculamos que, no prazo de cinco anos, teremos uma política anticíclica efetiva, com a entrada de seguradoras no mercado.

### **Rolagem de dívidas já custa R\$ 10,4 bilhões em 10 anos - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 09/07/2007**

No momento em que o governo negocia os termos de uma nova rolagem de dívidas rurais, estimadas em R\$ 59 bilhões, um levantamento inédito do Tesouro Nacional revela, pela primeira vez, o custo financeiro dos refinanciamentos realizados pela União a partir de 1995.

Guardados a sete chaves no Ministério da Fazenda, os dados oficiais a que o Valor teve acesso geram muito desconforto ao governo porque mostram uma elevação gradual das despesas com essas renegociações ao longo da última década. Mais completo do que os números disponíveis no sistema de acompanhamento de gastos federais (Siafi), o estudo também indica que o custo dessas rolagens tem restringido a elevação dos gastos públicos com subsídios e subvenções à política agrícola do governo. O trabalho indica, ainda, uma projeção de despesas da União com as dívidas em 2007.

O levantamento, consolidado pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, revela que os gastos totais da União para apoiar a agropecuária na última década somaram R\$ 26,76 bilhões.

As despesas, que beneficiam desde assentados da reforma agrária até grandes produtores, são divididas em duas contas: dívidas e subsídios. De 1997 a 2006, os subsídios pagos aos produtores somaram R\$ 16,33 bilhões. São gastos com equalização de juros e concessão de empréstimos ao custeio agropecuário, programas de investimento, instrumentos de comercialização da safra, subsídios ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e aquisição de terras para a reforma agrária.

**Custos dos subsídios e das dívidas agrícolas**  
Dados anuais realizados de no período 1997-2006 - R\$ milhões

Tipo de operação	Valor
Equalização de custeio agropecuário	2.119,66
Equalização de investimento rural e agroindustrial	1.620,99
Política de preços agrícolas	4.833,27
Pronaf	5.954,38
Programa especial de saneamento de ativos (Pesa)	1.931,56
Cacau	4,01
Securitização da dívida agrícola	8.501,45
Fundo da Terra/Incra	1.763,73
Fundo Nacional de Desenvolvimento	32,32
<b>Total</b>	<b>26.761,38</b>

**R\$ 16,328 bilhões**  
é o valor dos gastos públicos com a política agrícola

**R\$ 10,433 bilhões**  
é o valor do gasto com a dívida agrícola

O estudo revela que as sucessivas rolagens de dívida custaram aos cofres públicos R\$ 10,43 bilhões ao longo da última década. Além disso, o trabalho projeta um desembolso de R\$ 1,37 bilhão para 2007 - sem contar o custo da nova renegociação das dívidas.

A análise dos custos mostra que as rolagens das dívidas rurais respondem, em média, por quase metade da conta dos subsídios. "A redução do espaço para aumentar o apoio federal às políticas agrícolas é o principal problema do custo de carregamento das dívidas pela União", diz o pesquisador José Garcia Gasques, coordenador-geral de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura.

No levantamento dos gastos do Tesouro Nacional, é possível constatar o crescimento gradual dos gastos com os dois principais programas de refinanciamento das dívidas rurais. Lançado em 1995 para rolar dívidas de até R\$ 200 mil de médios produtores, o programa de securitização gerou um gasto de R\$ 8,5 bilhões aos cofres da União desde 2001. Os gastos passaram de R\$ 1,1 bilhão, em 2001, para R\$ 2,7 bilhões em 2005. No programa de saneamento de ativos (Pesa), criado para alongar débitos acima de R\$ 200 mil, a União absorveu R\$ 1,93 bilhão entre 2000 e 2006. Iniciado com R\$ 11,3 milhões, o Pesa chegou a custar R\$ 1,13 bilhão em 2005.

Especialista no endividamento rural e liderança influente na bancada ruralista, o deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS) defende as rolagens enquanto não houver uma "solução definitiva" para a questão. "Se tivemos R\$ 24 bilhões de receita a menos em três anos, alguma solução tem que sair. O que os produtores podem fazer? Porque o governo não dá mais dinheiro para o seguro rural? Porque não reduz o custo dos insumos que oneram o produtor?", diz. E emenda: "Não tenho mais paciência para discutir renegociação de dívidas, mas dependemos de uma solução estrutural". Heinze contesta os dados e diz que, segundo o Sifai, a União teve um custo de R\$ 613 milhões com as rolagens em 2006. O estudo indica R\$ 896 milhões.

Na conta dos subsídios, o levantamento do Tesouro Nacional revela que a agricultura familiar (Pronaf) custou, sozinha, R\$ 5,95 bilhões aos cofres públicos desde 1997. Na chamada agricultura empresarial, a equalização dos juros de financiamentos de custeio levaram a despesas totais de R\$ 2,12 bilhões em dez anos. Os programas de investimento custaram R\$ 1,62 bilhão e o apoio à comercialização das safras, por meio de diversos instrumentos de política agrícola, ficaram com mais R\$ 4,83 bilhões.

Pesquisador do IPEA, o professor Gervásio Castro de Rezende tem defendido o fim dos subsídios ao financiamento de programas de investimento ao setor como forma de evitar novas crises, como a iniciada em 2004. "A agricultura endividou-se excessivamente,



e com o beneplácito do governo, na fase de bonança entre 1999 e 2004. Isso não só contribuiu para a eclosão da crise, que não se deve apenas ao câmbio, mas vai dificultar sua superação", prevê.

Segundo ele, o Estado tem que "parar de financiar" as vendas de máquinas vinculadas a bancos de montadoras. "É preciso privatizar a agricultura, fazer uma reforma radical. Isso tem que passar a ser financiado pelo setor privado, sem recursos do FAT, que é dinheiro de imposto, do PIS-Pasep. É uma montanha de dinheiro que vicia a agricultura", afirma.

### **Decisão sobre dívidas agrícolas sai até dia 15 - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007**

Produtores precisam do refinanciamento da dívida das últimas três safras até agosto

Decisões sobre o refinanciamento da dívida agrícola referente às últimas três safras (2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007) sairão até o dia 15, a tempo de os agricultores investirem no início do plantio da safra de verão, em agosto, disse ontem o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes

Por enquanto, o tema está sob avaliação de um grupo de trabalho dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, da Câmara e do Senado e de associações de produtores. Entre as medidas em estudo está a proposta de que os agricultores possam pagar até o mínimo de 20% da dívida da safra 2006/2007 que vence este ano e o restante no fim do novo prazo a ser dado. Esse porcentual deve variar por faixas de 20%, de 30% e de 40% conforme a região e o produto, segundo o ministro.

Outra decisão que pode sair em breve é sobre o financiamento das duas safras anteriores, 2004/2005 e 2005/2006, que 'estão sendo jogadas para o fim do prazo, daqui a quatro ou cinco anos.' Os financiamentos foram concedidos principalmente pelo Banco do Brasil, no caso de custeio, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no de investimento.

### **CÂMBIO**

Stephanes também se queixou do câmbio, que ontem fechou com o dólar abaixo de R\$ 1,90, o que reduz os lucros do agronegócio. 'A única coisa de que não gosto é quando o dólar cai demais porque acaba prejudicando aqueles setores que cabe ao ministro da Agricultura cuidar', disse ele, na Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), onde participou do lançamento da campanha 'Café também é saúde', que vai promover o consumo de café durante os Jogos Pan-americanos.

O ministro disse que 'não necessariamente' as exportações agrícolas - que estima em mais de US\$ 50 bilhões, ante importações de menos de US\$ 6 bilhões - são a causa da baixa cotação do dólar. Ele apontou também o investimento estrangeiro como responsável

pela valorização do real. 'O Brasil é hoje um dos países que mais atrai investimento, não só especulativo', disse.

Para ele, 'é hora de o agricultor ganhar um pouquinho mais', mas o dólar baixo reduz esse ganho. Stephanes afirmou ainda que as barreiras comerciais às exportações da agropecuária brasileira 'só vão cair quando efetivamente eles (outros países) precisarem de nosso produto'.

**Governo planeja carência de até 5 anos a agricultores** – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/07/2007

### **Renegociação de dívidas atinge R\$ 6,9 bilhões; só 20% seriam pagos neste ano**

#### **Regras serão anunciadas até o dia 15 e envolvem créditos do BNDES e Banco do Brasil; objetivo é abrir caminho ao plantio da safra de verão**

O governo vai anunciar até o dia 15 as regras para renegociação de R\$ 6,9 bilhões em dívidas em atraso de agricultores, principalmente com o BNDES e o Banco do Brasil. A proposta é prorrogar o vencimento de até 80% do valor do débito, segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

De acordo com ele, a solução encontrada até agora prevê que os agricultores paguem 20% do valor que vence neste ano. O restante será adiado para o final do contrato de financiamento, que, na maior parte dos casos, é de cinco anos. Ou seja, os proprietários agrícolas terão um prazo de carência de quatro a cinco anos.

O objetivo, diz o ministro, é tirar esses produtores rurais da inadimplência e abrir caminho para que eles possam tomar novos empréstimos para a safra de verão do próximo ano (principais produtos são a soja e o milho), que começa a ser plantada entre agosto e outubro.

"O agricultor não têm condições agora de pagar, ao mesmo tempo, os financiamentos que já estavam renegociados lá trás e o custeio das duas safras que foram frustradas", disse. O ministro fez referência às safras de 2004 e 2005, prejudicadas por estiagens na região Sul e o baixo preço da soja.

Segundo o Ministério da Agricultura, R\$ 1,9 bilhão são correspondentes às dívidas de custeio, concentradas principalmente no Banco do Brasil.

Os outros R\$ 5 bilhões são créditos em atraso com o BNDES. Foram contraídos para modernizar a frota durante os anos de boa produção agrícola de 2002 e 2003, de acordo com Stephanes.

O BNDES diz que entre os devedores não estão usineiros de cana-de-açúcar. O BB, por sua vez, não detalhou o perfil dos devedores até a conclusão desta edição. Stephanes

disse que as medidas estão sendo elaboradas por uma comissão formada pelos ministérios da Agricultura e Fazenda, além de parlamentares.

"A decisão [sobre a prorrogação] e as novas regras têm de ser tomadas até o dia 15 de julho para que os agricultores possam ter recursos para o plantio da nova safra", disse.

### **Renegociações**

Segundo Stephanes, já foram realizadas "várias renegociações" de dívidas de agricultores desde o início da década de 90, que resultaram num endividamento total do setor de R\$ 131 bilhões. São débitos rolados por até 20 anos.

Os produtores, diz o ministro, vinham pagando suas dívidas em dia até 2003, quando o nível de inadimplência era "baixo". Depois, vieram duas quebras de safra, o que desajustou "a capacidade de pagamento dos agricultores".

A uma platéia de produtores e industriais do setor de café, Stephanes se mostrou cético com relação ao sucesso da rodada de Doha de liberalização do comércio e o final dos subsídios e tarifas agrícolas dos países ricos. O ministro disse que as barreiras só cairão quando os países "precisarem" dos produtos brasileiros ou quando os preços aumentarem muito.

### **Plano Safra 2007/2008 investirá R\$ 12 bilhões na agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 10/07/2007**

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, lançado nesta quarta-feira (27) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, alcança novo recorde: R\$ 12 bilhões disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Serão R\$ 2 bilhões a mais do que o previsto na safra 2006/2007 e cerca de 2,2 milhões de famílias acessando o crédito rural do Pronaf.

“O Plano Safra da Agricultura Familiar deste ano é uma conquista extraordinária de vocês, trabalhadores. O que tenho visto são trabalhadores da indústria voltando para o campo por causa do crédito, por causa do Luz para Todos, por causa da compra (direta) de alimentos”, ressaltou o presidente, na cerimônia realizada nesta manhã no Palácio do Planalto, em Brasília, diante de uma platéia formada por representantes de movimentos sociais e de parlamentares.

Esse aumento de recursos justifica-se pela crescente importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do País. Ao todo, são aproximadamente 4,1 milhões de famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, comunidades quilombolas e indígenas produzindo, gerando renda e respondendo por 77% das ocupações produtivas e empregos no campo.

A agricultura familiar representa hoje 85% do total de estabelecimentos rurais. A melhoria de vida dessas famílias é condição para o desenvolvimento sustentado, pois elas são responsáveis por 60% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e pela matéria-prima para muitas indústrias. Além disso, contribuem com o esforço exportador a partir de

várias cadeias de produção de que participam, representando cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 reúne uma série de medidas, como a redução nos juros dos financiamentos do Pronaf, o aumento de recursos para a assistência técnica e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como forma de qualificar a produção e impulsionar entre os agricultores familiares a adesão a tecnologias ambientalmente sustentáveis. Por isso, o MDA também criou uma nova linha de crédito, o Pronaf ECO.

“Este é um conjunto de medidas que nos fazem afirmar, sem nenhum temor, que este é o maior e mais completo Plano da Agricultura Familiar em todos os tempos. É o maior pelo volume de recursos, um recorde absoluto, pela taxa de juros, que nunca foi tão baixa, e porque é capaz de agregar mais de dois milhões de famílias que temos no programa hoje. E é o mais completo porque, pela primeira vez, junto com o crédito temos um leque de políticas públicas que cobre todo o âmbito da agricultura familiar: seguro, assistência técnica, comercialização, agroindústria e desenvolvimento territorial”, enfatizou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Também participaram do lançamento o vice-presidente da República, José Alencar, os ministros da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin. A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e os presidentes do Banco do Brasil (BB), Antônio Francisco de Lima Neto, do Banco da Amazônia (Basa), Abdias José de Souza Júnior, e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Roberto Smith, estiveram presentes.

Na cerimônia, ainda foram assinados termos de cooperação para incentivar a assistência técnica e extensão rural e a cadeia do leite.]

#### **Taxas de juros menores**

Além do aumento de recursos, o Plano Safra 2007/2008 traz outros avanços em relação ao anterior. Na safra 2006/2007, os juros das linhas de crédito do Pronaf ficaram entre 1% e 7,25% ao ano. Na safra 2007/2008, os juros serão mais baixos, variando de 0,5% até 5,5% ao ano e beneficiando especialmente as famílias de mais baixa renda.

#### **Ampliação dos limites de financiamento**

Há alteração do teto de financiamento de custeio dos Grupos A/C, C e D do Pronaf. Essa medida deve garantir futuras lavouras com máximo potencial produtivo e com menor risco de perdas, caso ocorram problemas climáticos como a seca, o excesso de chuvas ou outros eventos desfavoráveis. Os aumentos dos limites de financiamento de custeio serão os seguintes:

Grupo A/C – de R\$ 3.000,00 para R\$ 3.500,00

Grupo C – de R\$ 4.000,00 para R\$ 5.000,00

Grupo D – de R\$ 8.000,00 para R\$ 10.000,00

No Grupo E, o teto permanece em R\$ 28.000,00

#### **Aumento dos limites de renda**

Outro avanço do Plano Safra 2007/2008 é a ampliação dos limites de renda para enquadramento dos agricultores familiares no Pronaf. A partir de agora, a renda bruta anual familiar de enquadramento passa de:

Grupo B – de até R\$ 3.000,00 para até R\$ 4.000,00

Grupo C – de R\$ 16.000,00 para R\$ 18.000,00

Grupo D – de R\$ 45.000,00 para R\$ 50.000,00

Grupo E – de R\$ 80.000,00 para R\$ 110.000,00

### **Ampliação dos serviços de assistência técnica**

Na safra 2007/2008, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (Dater/SAF/MDA) apoiará as organizações governamentais e não-governamentais que estimulem a estruturação e a atuação em rede e potencializem os recursos disponíveis, ampliando a oferta de assistência técnica e extensão rural.

Serão ampliadas as parcerias com os governos estaduais e, ainda, aperfeiçoadas as relações com instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) não-estatais. A prioridade será a ampliação dos serviços de ATER para os beneficiários do Pronaf, qualificando o Grupo B e os créditos para investimento das demais linhas, atendendo pelo menos dois milhões de agricultores e agricultoras familiares.

Para isso, há um montante de R\$ 168 milhões, que será utilizado proporcionalmente nos estados, capacitando 20 mil técnicos das instituições parceiras para atuar desde a divulgação do Plano Safra até a organização de arranjos produtivos nos estados e regiões.

#### **Linha Pronaf ECO**

A partir da safra 2007/2008, as famílias agricultoras dos Grupos C, D ou E do Pronaf poderão contar com recursos para investimentos destinados à implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável (como o uso da energia solar, eólica, biomassa, miniusinas para biocombustíveis) e a substituição da tecnologia de combustível fóssil para renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas.

Também poderão ser financiadas tecnologias ambientais (como estação de tratamento de água, dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem), armazenamento hídrico (como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição), instalação e ligação de água ou ainda pequenos aproveitamentos hidroenergéticos.

A nova linha permite o financiamento da silvicultura, isto é, atividades florestais utilizadas para a produção madeireira e não-madeireira. A linha apresenta juros de 2% ao ano para famílias agricultoras dos Grupos C e D e de 5,5% ao ano para as do Grupo E, com até oito anos de carência. O prazo de pagamento pode chegar até oito anos, caso a atividade exija. Os limites de financiamento irão variar conforme o grupo do Pronaf e os recursos podem ser acessados de forma individual, coletiva ou em grupo.

### **Cadeias de combustíveis renováveis**

Além de fortalecer o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o MDA amplia o apoio aos agricultores familiares que atuam no setor de combustíveis renováveis. Serão mais de R\$ 10 milhões para essa finalidade. Os agricultores familiares também poderão financiar o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol.

A ação visa inserir a agricultura familiar em um dos setores agrícolas mais importantes para o País, além de contribuir para a redução do nível de poluentes na atmosfera e, conseqüentemente, do aquecimento global do planeta.

#### **Financiamento das atividades florestais**

A linha do Pronaf Floresta passa a financiar – além dos sistemas agroflorestais e do extrativismo ecologicamente sustentável – o manejo florestal e o plano de manejo. Os recursos do crédito da linha poderão ser aplicados em projetos que prevêm a recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e a recuperação de áreas degradadas.

#### **Mais crédito para diversificação**

As famílias agricultoras que contratarem financiamento de custeio do Pronaf para duas ou mais atividades produtivas na mesma safra poderão solicitar um valor adicional de recursos de 20% para aplicação em outras atividades geradoras de renda.

Será possível, ainda, o financiamento de atividades que geram renda e que não estão incluídas normalmente entre as que recebem financiamentos do Pronaf. Os agricultores poderão ampliar e diversificar as atividades, investindo em artesanato, na produção de alimentos de consumo local, na criação de pequenos animais, no cultivo de plantas aromáticas e de uso medicinal, por exemplo. Além disso, as famílias do Grupo E do Pronaf passarão a acessar a linha Pronaf Agroecologia.

#### **Promoção da inclusão digital**

A partir da safra 2007/2008, sempre que o projeto técnico demonstrar a necessidade e ficar comprovado o retorno financeiro e a capacidade de pagamento do empreendimento financiado, as famílias agricultoras poderão obter financiamento para a aquisição de computadores e programas de informática.

### **Maior apoio aos produtores de leite cooperativados**

As cooperativas centrais ou singulares que comprovarem ao agente financeiro (mediante apresentação do balanço anual do ano anterior ao pedido de financiamento) que pelo menos 51% das receitas foram obtidas do processamento de leite e derivados, e comprovarem que têm no mínimo 70% de seus participantes ativos como famílias agricultoras enquadradas no Pronaf, poderão acessar as linhas de crédito do Pronaf Agroindústria e de Custeio das Agroindústrias Familiares.

#### **Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar**

Na Safra 2007/2008, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) vai ampliar o número de produtos atendidos, permitindo, assim, que produtos regionais tenham uma maior participação. O programa garante a cada família um bônus sobre o saldo devedor do crédito do Pronaf no valor de até R\$ 3.500,00 por ano.

#### **Mais recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos**

O novo Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 contará com mais de R\$ 550 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo o MDA responsável pela execução de parte de suas modalidades e parte dos recursos, que chegarão nessa safra a superar os R\$ 100 milhões (no MDA). A ação engloba também recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

#### **Ampliação da faixa etária do Pronaf Jovem**

No Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, foram agregadas diretrizes da Secretaria Nacional da Juventude nas normas do crédito rural do Pronaf. Assim, a faixa etária do Pronaf Jovem passa a se adequar ao que foi adotado pelo conjunto das políticas de juventude do País. Agora, no Pronaf, quem possui idade entre 16 e 29 anos poderá acessar os financiamentos. Até a safra passada, a idade limite era 25 anos.

### **Mais facilidade no acesso ao Pronaf Mulher**

As mulheres assentadas da reforma agrária e beneficiárias do crédito fundiário poderão acessar o Pronaf Mulher não apenas a partir da liquidação prévia de uma operação do Pronaf A/C, mas também a partir do pagamento de uma parcela da linha Pronaf A. Assim, mais mulheres deverão acessar a linha Pronaf Mulher, recebendo apoio e fortalecendo as suas atividades produtivas.

### **NOTA SOBRE O ENDIVIDAMENTO AGRÍCOLA – Sítio Eletrônico do MAPA – 11/07/2007**

Após conclusão dos trabalhos realizados entre o Legislativo, o Executivo e representantes dos produtores rurais, o Governo está submetendo ao Congresso Nacional e ao Conselho Monetário Nacional, o resultado dos entendimentos agrícolas, a saber:

#### **1 - No Custeio**

As parcelas vencidas e vincendas em 2007, das operações prorrogadas de safras anteriores e que venceriam parcialmente em 2007 estão prorrogadas para um ano após o vencimento da última parcela.

#### **2 - Programas de Investimento**

##### **2.1 Moderfrota, Prodecoop e Finame Agrícola Especial**

As parcelas desses programas vencidas ou vincendas em 2007 que envolvem recursos da ordem de R\$ 3 bilhões terão o seguinte tratamento: pagamento mínimo de 30% da parcela de 2007, e prorrogação do restante para um ano após o final do contrato. Quem pagar em parte ou esta parcela terá um bônus de 15% sobre a parcela integral. Serão passíveis de prorrogação, empréstimos de produtores que tiverem sua renda principal obtidas com Algodão, Arroz, Milho, Trigo e Soja.

##### **2.2 Nos programas Moderagro, Moderinfra, Prodefruta, Prodeagro e Proflora – Pronaf e Proger Investimento**

Pagamento mínimo de 20% da parcela de 2007, e prorrogação do restante para um ano após a última prestação ou o final do contrato. Quem pagar, parte ou parcela integral, terá bônus de 5%. Essas operações envolvem recursos de aproximadamente R\$ 400 milhões. Serão passíveis de prorrogação os empréstimos de produtores que tiverem sua renda principal obtidas com Algodão, Arroz, Milho, Trigo e Soja.

Com base em uma análise de caso a caso, e desde que o produtor demonstre incapacidade de pagamento do percentual mínimo exigido, os agentes financeiros poderão prorrogar até 100% da parcela vincenda ou vencida em 2007. Poderão se beneficiar desta prerrogativa todas as culturas/atividades independentemente das listadas acima. Este benefício fica limitado a 10% do saldo devedor vincendo em 2007 por agente financeiro.

#### **3-**

Os produtores que prorrogarem, no todo ou em parte, as parcelas de 2007, só poderão se habilitar para novas operações de investimento com recursos do crédito rural, se liquidarem totalmente a parcela de 2007 prorrogada ou venham a liquidar a parcela de 2008 até o respectivo vencimento.

#### **4-**

Essas medidas foram concedidas com base na análise da capacidade de pagamento levando-se em consideração a conjuntura agrícola nacional em 2005 e 2006 e tendo em vista a necessidade de compatibilizar a capacidade de pagamento desses produtores.

## 5-

Serão também concedidas às operações lastreadas com recursos dos Fundos Constitucionais (Fundo de Financiamento do Nordeste, Fundo de Financiamento do Norte e Fundo de Financiamento do Centro-Oeste), recursos da exigibilidade dos depósitos à vista e da poupança rural.

Também informamos que o Governo, atendendo a demanda dos senhores parlamentares da Região Nordeste está prorrogando o prazo de adesão dos produtores rurais, até 28 de setembro de 2007 e formalização até 31 de dezembro de 2007, com vista a compatibilizar o prazo de formalização da negociação com a receita prevista de sua produção.

Será submetido ao Conselho Monetário Nacional, na sua reunião deste mês, a prorrogação do prazo de negociação das dívidas dos cacauicultores que venceram em 29 de junho de 2007 para até 28 de dezembro deste mesmo ano.

## 6-

Deverá ser iniciado de imediato um estudo estrutural da dívida rural com conclusão prevista até o final do ano.

Estas medidas são importantes porque permitirão aos produtores financiarem o custeio para o plantio da safra de 2007/2008.

### **Governo cede de novo em rolagem de dívidas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agroengócios - 11/07/2007**

O governo cedeu um pouco mais nas negociações para um novo refinanciamento de parte das dívidas rurais com vencimento em 2007, estimadas em R\$ 8 bilhões. Em reunião ontem com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, dirigentes e parlamentares ruralistas ouviram uma nova proposta para aumentar a abrangência do desconto nas parcelas dos débitos em programas de investimento, cuja parcela deste ano soma R\$ 5,2 bilhões.

Pela oferta inicial, seria concedido um bônus de 15% apenas sobre a parcela de 2007. Assim, o rebate seria mais favorável a quem tem menos tempo de contrato restante. Ontem, Appy ofereceu um bônus de 15% para o saldo da dívida. Com isso, quem tem contratos mais curtos, também terá um desconto significativo. Nesse caso, o produtor pagaria 30% da parcela, teria um bônus de 15% e rolaria 55% para o fim do contrato.

A proposta do governo, que tem uma "folga" de R\$ 275 milhões no orçamento gerada pela diferença de juros não-equalizados, também estendeu o bônus a todos os programas de investimento. Na semana passada, a oferta incluía só débitos com aquisição de máquinas (Moderfrota e Finame Especial) e de cooperativas (Prodecoop), cujos juros são mais altos e que concentram a maior parte das dívidas - R\$ 4,8 bilhões. Agora, foram incluídos débitos de R\$ 400 milhões com Pronaf Investimento, Moderinfra, Moderagro, Prodeagro, Prodefrutas, Prolaprec, Propflora. Nesse caso, o produtor paga 80% da parcela e rola 20%. Mas tem bônus de 15%, o que resulta no desembolso efetivo de 65% da parcela deste ano.

Como se esperava, a oferta não agradou aos ruralistas, que não concordam com a manutenção do tratamento diferenciado por Estados nem com o "pedágio" entre 30% e 80%, dependendo da região e programa, para obter o bônus. "Sobre isso não tem conversa", afirma o deputado Abelardo Lupion (DEM-PR). "Não se aceita a distribuição geográfica nem esse percentual mínimo de pagamento", diz o vice-presidente da CNA, o gaúcho



Carlos Sperotto. Os Estados de ambos estão fora da oferta. O governo manteve a rolagem de R\$ 1,8 bilhão em dívidas de custeio já refinanciadas nas safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06.

Hoje, governo e ruralistas voltam às negociações. E o Tribunal de Contas da União (TCU) pode aprovar, em reunião, uma auditoria sobre a gênese do estoque de R\$ 22,5 bilhões em dívidas rurais nos bancos federais - BB, Basa e BNB.

### **STEPHANES DIZ QUE ACORDO GARANTE ACESSO DOS AGRICULTORES AO CRÉDITO** – Cláudio Cunha – Sítio Eletrônico do MAPA – 11/07/2007

Ao fechar hoje (11/07) à tarde, com representantes do Congresso Nacional, do Executivo e dos produtores rurais, os entendimentos sobre a dívida agrícola, o ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, afirmou que “as medidas permitirão condições de acesso ao crédito rural”. Stephanes esclareceu que o acordo “é uma etapa dos entendimentos para compatibilizar renda com capacidade de pagamento dos produtores e deve resolver de 90 a 95% dos problemas da dívida”.

Pelo acordo, que será submetido ao Congresso Nacional e ao Conselho Monetário Nacional, serão prorrogadas para um ano, após o vencimento da última parcela, as parcelas vencidas e vincendas em 2007, das operações de custeio prorrogadas de safras anteriores e que venceriam parcialmente este ano.

Para os programas Moderfrota, Prodecoop e Finame Agrícola Especial as parcelas vencidas ou vincendas em 2007 terão pagamento mínimo de 30% da parcela de 2007 e prorrogação do restante para um ano após o final do contrato. O pagamento desta parcela ou parte dela dará direito a bônus de 15% sobre a parcela integral. São passíveis de prorrogação os empréstimos a produtores que tiveram como renda principal as culturas de algodão, arroz, milho, trigo e soja.

Nos programas Moderagro, Moderinfra, Prodefruta, Prodeagro, Propflora, Pronaf e Proger Investimento, o pagamento mínimo será de 20% da parcela de 2007, sendo o restante prorrogado para um ano após o final do contrato. O pagamento de parte ou da parcela integral dá direito a bônus de 5%, relativos a empréstimos para as culturas de algodão, arroz, milho, trigo e soja.

Para o ministro, o acordo resultou do tratamento técnico que vem sendo dado ao problema. “Em cima de dados concretos, informações reais, chegamos a um entendimento sem pressões. Ele lembrou que as negociações começaram em maio último, enquanto o endividamento dos produtores remonta à década de 90. “Naquela época dizia-se que a agricultura era a âncora verde dos planos econômicos. Depois enfrentamos sucessivas perdas por adversidades climáticas. Enquanto a agricultura é altamente subsidiada nos Estados Unidos e em países da União Européia, não recebe qualquer subsídio no Brasil”.

Apesar disso, continua o ministro, o Brasil é um dos países que produzem alimentos mais baratos no mundo e sua agricultura representa 46% da balança comercial. Firmado o acordo (veja íntegra na **nota sobre o endividamento agrícola**) o próximo passo será a reestruturação da dívida do setor (estimada em R\$ 131 bilhões), cujas discussões

começarão em agosto próximo. Até lá, governo e setor privado vão aprofundar estudos, levantar números e avaliar a capacidade de pagamento dos produtores. *(Cláudio Cunha)*

**Sai renegociação da dívida agrícola** - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/07/2007

Governo cede e acerta prorrogação de pagamento com ruralistas

Após dois meses de negociações, governo e bancada ruralista acertaram a prorrogação de dívidas de custeio e investimento, que somam R\$ 6,5 bilhões este ano. A medida foi anunciada ontem, após reunião do grupo de trabalho do qual participam técnicos dos Ministérios da Fazenda e Agricultura, parlamentares e representantes da cadeia produtiva.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, anunciou a prorrogação das dívidas de custeio das safras 2003/04 até 2005/06. Embora não tenha feito a prorrogação integral, o governo desistiu de cobrar um percentual diferente para cada região, como planejado. As medidas anunciadas valem para as culturas de algodão, milho, trigo, soja e arroz em todo o território brasileiro.

No caso das dívidas de investimento - maior impasse na negociação -, o governo estipulou que os produtores terão de pagar 30% com bônus de 15% dos empréstimos para compra de máquinas e implementos agrícolas, como Moderfrota, Prodecoop e Finame Agrícola Especial, o equivalente a R\$ 3 bilhões da dívida que vence este ano.

Nos programas Moderagro, Moderinfra, Prodefruta, Prodeagro, Propflora, Pronaf e Proger Investimento, foi definido um pagamento mínimo de 20% da parcela que vence em 2007 e a concessão de um bônus de 5%. Esses sete programas correspondem a R\$ 400 milhões do total que vence neste ano. Na prática, todos os produtores poderão pagar apenas 15% da parcela de investimento este ano, podendo prorrogar de 70% a 80% da dívida que vence neste ano.

O restante da dívida que vence este ano provém de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Estes também tiveram o pagamento prorrogado por mais um ano, mas sem direito ao bônus de adimplência. Este bônus é uma compensação do governo ao setor em razão dos ganhos nas operações de crédito concedidas aos produtores corrigidas a taxas mais elevadas que as do mercado.

A busca da bancada ruralista por vantagens descabidas para dívidas do setor tem a inexorabilidade do calendário. Há anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tornou-se corrida contra o relógio, que acaba na última hora com acordos políticos que pesam nas costas dos contribuintes. Este ano não é diferente, com um agravante. O governo terá de aprovar a prorrogação da CPMF e da desvinculação de receitas, para os quais já perdeu os prazos regimentais. Precisar, portanto, de todo o apoio que puder obter. É com essas dificuldades do governo em mente que os líderes ruralistas pretendem extorquir vantagens indevidas, mais uma vez.

Antes de mais nada, é preciso separar o joio do trigo. Os produtores do Rio Grande do Sul foram vitimados por duas secas seguidas e os do Sudeste e Centro-Oeste, por uma. Em 2006 os preços de importantes commodities agrícolas declinaram, redução agravada pela valorização cambial. Há um claro reconhecimento de que apesar da recuperação das cotações em 2007, o endividamento é alto mesmo levando-se em conta a melhoria do fluxo de receitas. Renegociar com seriedade parte dos débitos, em termos razoáveis e justos para o Tesouro e os agricultores, é uma tarefa necessária, da qual o governo não fugiu. A intenção dos líderes ruralistas nas negociações, porém, é marcada por um vício recorrente - o da exigência de não pagar nada e rolar tudo.

O governo propôs a prorrogação das dívidas de investimento (as que mais pesaram) para o final de contrato, com condições diferenciadas por Estado e por cultura. Os produtores de soja, milho e arroz poderão rolar entre 60% e 70% dos débitos, dependendo da linha de financiamento. Para os demais, a rolagem é de 20% a 30%, com bônus de 5% e 15%, respectivamente. Os líderes ruralistas não queriam a rolagem total. O governo concordou com a rolagem integral dos débitos de custeio que vencem no ano (R\$ 1,8 bilhão).

Esse tipo de pressão deu resultado para os maus pagadores ao longo do tempo, contra os cofres públicos. Após a primeira negociação, em 1995, metade dos débitos não foram quitados já na primeira parcela. Na de 1998, o calote alcançou 70%. Em 2001, houve nova renegociação e o índice de inadimplência atingiu 46%. A dívida dos agricultores passível de rolagem em 2007 é de R\$ 8 bilhões. O custo para o Tesouro com redução de juros, alongamento de prazos, ampliação da carência e prorrogação de débitos de custeio, como mostrou o Valor (9 de julho), foi de R\$ 10,4 bilhões em uma década.

Nas discussões da LDO do ano passado, os ruralistas conseguiram aprovar o projeto de lei 142 com condições para a repactuação dos contratos de toda a Região Nordeste - juros negativos para contratos de baixo valor, sem correção monetária e, para os acima de R\$ 35 mil até R\$ 200 mil, não haveria juros nem correção de qualquer espécie. Para contratos acima de R\$ 200 mil, a bagatela de 2% de juros ao ano. O presidente Lula vetou a mamata.

Os maiores beneficiários do assalto aos cofres públicos são os grandes produtores, desacostumados a enfiar a mão no bolso para pagar dívidas mesmo em épocas de franca prosperidade. Segundo levantamento feito no ano passado pelo Banco do Brasil, o maior operador de crédito rural, 80% dos contratos firmados com a instituição são de até R\$ 50 mil. E, segundo dados da assessoria da Presidência da República, em um universo de 3 milhões de produtores rurais, há 10 mil devedores. A grande dívida está concentrada em não mais de 1.800 contratos que representavam quase o total da dívida.

Após tantas concessões, os ruralistas ameaçam agora a nação com a "solução definitiva" - a criação de um programa de refinanciamento nos moldes do Refis. Esse Refis agrícola rolaria débitos no longo prazo (no que já existe, o prazo é de 15 anos), com recálculo dos débitos, juros mais baixos pela TJLP, fim das garantias reais adicionais, parcelamento dos débitos com um teto para comprometimento da renda bruta e suspensão das execuções judiciais por inadimplência. Isso depois de terem obtido, no mandato de Fernando Henrique alongamento de 24 anos para dívidas até R\$ 200 mil (securitização) e de 20 anos para débitos acima desse teto. O governo deve se opor radicalmente a novas vantagens estapafúrdias propostas pela bancada ruralista.

### **Governo confirma rolagem de R\$ 7 bi em dívidas rurais - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/07/2007**

Com um custo estimado em R\$ 300 milhões para o Tesouro Nacional, o governo anunciou ontem a prorrogação de R\$ 7 bilhões em dívidas rurais de custeio e investimento com vencimento em 2007. É a segunda renegociação de débitos rurais na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As repactuações anteriores, feitas a partir de 1995, já custaram ao Tesouro R\$ 10,4 bilhões, segundo dados oficiais.

Pelos termos da nova rolagem, os produtores deixarão de pagar neste ano R\$ 1,8 bilhão em dívidas de custeio agropecuário das safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006 que já haviam sido renegociadas no ano passado. Os débitos, a maior parte pendurados no Banco do Brasil, foram prorrogados para um ano após o vencimento da última parcela dos contratos, renegociados por até cinco anos.

No caso dos débitos de R\$ 5,2 bilhões com dez programas de investimento, os produtores terão um desembolso efetivo de apenas 15% da parcela com vencimento em 2007. Na prática, os produtores deverão pagar apenas R\$ 780 milhões neste ano, já que o governo concedeu descontos entre 15% e 5% nas dívidas para todos os produtores de algodão, arroz, milho, trigo e soja. Além disso, não haverá distinção geográfica por Estado, como exigia o governo no início das rodadas de negociação.

Os dirigentes ruralistas gostaram da nova rolagem. "Isso dá um fôlego para plantar a próxima safra", disse o vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), Carlos Sperotto. No Congresso, a medida também agradou. "Essa renegociação vai ajudar os produtores a liberar parte das garantias dadas em financiamentos anteriores. Com isso, eles podem tirar mais crédito nos bancos", afirmou o deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS). O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, fez coro: "Com essas medidas, o produtor terá garantia suficiente para ter acesso ao crédito nesta safra".

Pelas regras anunciadas por Stephanes, produtores de algodão, arroz, milho, trigo e soja, que têm uma dívida de R\$ 4,8 bilhões com aquisição de máquinas (Moderfrota e Finame Especial) e cooperativas (Prodecoop), poderão pagar 30% da parcela de 2007 - até então, o governo exigia um "pedágio" de 40%. Mas ganharão 15% de bônus sobre este valor. Os 55% restantes serão jogados para o fim dos contratos, que têm prazo médio de cinco anos. Isso significa um desconto de 3% sobre o saldo devedor de R\$ 49 bilhões com investimentos - ou R\$ 1,5 bilhão.

Quem tem dívidas com os demais sete programas de investimento, que somam R\$ 400 milhões e têm prazo médio de oito anos, precisará pagar 20% da parcela (antes eram 30%), mas terá desconto de 5% - o que também não estava previsto. Os 75% restantes serão

rolados para um ano após a última prestação. Estão incluídas dívidas com Moderagro, Moderinfra, Prodefruta, Prodeagro, Propflora, Pronaf Investimento e Proger Investimento.

O produtor que optar pela rolagem ficará impedido de contratar novos empréstimos de investimento até o pagamento total da parcela de 2007 ou a quitação da prestação de 2008. O governo abriu, ainda, a possibilidade de renegociar 100% dessas dívidas. Mas, para isso, o banco analisará caso a caso e só poderá fazer até um limite de 10% do saldo devedor em carteira. Nesse caso, não haverá bônus. O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) informou que o custo da rolagem será bancado por R\$ 275 milhões da diferença de juros da TJLP paga a mais pelos produtores em algumas linhas e por um adicional de R\$ 25 milhões do Tesouro Nacional.

A rolagem de ontem não encerra a novela. Há ainda R\$ 59 bilhões em débitos a vencer ou já rolados que serão renegociados até o fim deste ano. O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem uma auditoria sobre esse saldo devedor.

#### **Agricultura familiar do Paraná terá R\$ 1,3 bi na safra 2007/08 - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 12/07/2007**

A agricultura familiar do Paraná terá R\$ 1,3 bilhão de um total de R\$ 12 bilhões previstos para safra 2007/08. Cerca de 220 mil produtores do Estado devem ter acesso aos recursos, segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que esteve ontem em Curitiba. Segundo ele, com a ampliação da oferta de crédito, é necessário diversificar. "É preciso encarar o desafio de superar a monocultura", afirmou. O ministro disse que 20% do custeio poderá ser usado na diversificação de atividades no campo.

Além de plantio de hortaliças e criação de animais, o programa inclui artesanato, agroindústria e outras atividades. Uma das opções apoiadas pelo ministério é a geração de energia renovável nas propriedades, desde eólica, de biocombustíveis e de armazenamento hídrico. Casseb falou sobre a queda dos juros e salientou que nenhum setor da economia brasileira dispõe de condições de financiamento tão favoráveis, com taxas que vão de 0,5% a 5,5%, de acordo com o grupo no qual o agricultor se enquadra. Ele também informou que o Paraná receberá R\$ 13 milhões em recursos para a assistência técnica.

**Medidas do Governo sobre Endividamento Rural – CNA – 13/07/2007**  
O Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento divulgou dia 11/07/2007, nota sobre o resultado dos trabalhos realizados entre o Legislativo, Executivo e Governo, informando que submetera ao Congresso Nacional e Conselho Monetário Nacional diversas medidas sobre o endividamento rural cujo resumo operacional e interpretação apresentamos a seguir;

**1. Custeio:** as parcelas de custeios das safras de 2003/04, 2004/05 e de 2005/06, e com vencimento no ano de 2007, serão prorrogadas integralmente, para pagamento um ano após o vencimento da última parcela. Não se sabe ainda se serão mantidas, nas prorrogações, as taxas de juros originais ou se vigorarão as novas taxas aprovadas no Plano de Safra. Os produtores que tiveram custeios agropecuários referente a contratos

prorrogados e com parcelas vencidas e vincendas em 2007, deverão procurar o banco para solicitar a prorrogação. Estima-se que esta prorrogação envolva recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

**Observação importante:** Não estão sendo prorrogadas, as parcelas das dívidas de custeio que vencem em 2007, referente aos empréstimos da safra 2006/07. No caso de necessidade de prorrogação destas parcelas de custeio, deve-se valer das dos procedimentos previstos no Manual de Crédito Rural (MCR 2.6.9), encaminhando correspondência ao banco conforme modelos divulgados no site da CNA ou outros adotados pelas instituições financeiras.

**2. Investimentos com recursos do BNDES:** Para os produtores rurais que tenham como renda principal as culturas de algodão, arroz, milho, trigo e soja em todos os Estados da Federação

**2.1 Moderfrota e Finame Agrícola Especial (com taxa de juros superiores a 8,75% aa):** pagamento mínimo de 30% do valor da parcela de 2007 e prorrogação do restante para um ano após o vencimento do contrato. O produtor que realizar este pagamento ou quitar integralmente a parcela terá direito a um bônus de 15% sobre o valor integral da parcela. Desta forma o produtor desembolsará 15% do valor da parcela mas estará pagando 30%, prorrogando para o final do contrato 70% do valor da parcela de 2007. Esta prorrogação envolverá recursos na ordem de R\$ 3 bilhões

**2.2 Proger, Pronaf, Moderagro, Moderinfra, Prodefruta, Prodeagro e Propflora (com taxa de juros iguais ou menores que 8,75% aa):** Pagamento mínimo de 20% da parcela de 2007 e prorrogação do restante para pagamento um ano após o final do contrato. O bônus neste caso é de apenas 5% sobre o valor da parcela para quem pagar parte ou a parcela integral. Esta prorrogação envolve recursos na ordem de R\$ 400 milhões.

**Observação importante:** No caso de comprovada incapacidade de pagamento do produtor, qualquer que seja a sua exploração agropecuária, mediante análise caso a caso, os agentes financeiros poderão prorrogar até 100% da parcela vincenda ou vencida em 2007. Este benefício fica limitado a 10% do saldo devedor que vence em 2007 por instituição financeira.

Para os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, das exigibilidades e da poupança rural o governo prometeu tratamento semelhante ao concedido às operações de investimento sem, contudo, defini-las operacionalmente.

A regulamentação das prorrogações de custeio será implementada por meio de decisões do Conselho Monetário Nacional (Resoluções do Banco Central do Brasil) e a concessão dos bônus depende de lei ou Medida Provisória. guarda-se a publicação oficial dos atos.

As medidas tomadas pelo governo não resolvem os problemas estruturais da dívida rural e foram tomadas para viabilizar o acesso do produtor aos recursos de financiamento da safra 2007/08.

Uma dos avanços conseguidos nos entendimentos com o governo foi a de estender para todos os Estados da Federação os benefícios de pagamento parcial e da concessão de bônus. Inicialmente tais benefícios foram previstos apenas para poucos Estados. Infelizmente a proposta do Grupo Técnico, de elevação do bônus de 15% para 32%, sobre o valor da parcela nos financiamentos do FINAME e Moderfrota, não foi atendido pelo governo .

Continuam ainda as discussões para uma abordagem mais completa sobre o endividamento rural, mensurando-se a capacidade de pagamento do produtor. Estão sendo realizados estudos por parte da CNA OCB e Assessoria da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, com a participação da comunidade acadêmica e serão apresentados ainda no final do mês de agosto para discussão com o governo.

Assim, a questão das dívidas antigas como Securitização, Programa de Saneamento de Ativos (PESA), Alongamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), Cacau e dívidas da região da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) serão tratadas tecnicamente no Grupo de Trabalho durante o recesso parlamentar.

*\*Luciano Marcos de Carvalho é engenheiro agrônomo e assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).*

### **O pedágio ruralista – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 13/07/2007**

Incapaz de proteger o Tesouro contra a bancada ruralista, o governo cedeu mais uma vez e vai refinar compromissos no valor de R\$ 7 bilhões com vencimento neste ano. O negócio é simples: ou o governo paga ou a bancada atrapalha a aprovação de medidas importantes, como a prorrogação da CPMF, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Sem essa prorrogação, já prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Tesouro deixará de arrecadar, em 2008, uma soma provavelmente muito próxima de R\$ 40 bilhões. Também está em jogo a prorrogação da DRU, a Desvinculação de Receitas da União. Com esse dispositivo, o orçamento fica menos engessado e o poder central ganha liberdade para manejar 20% de sua arrecadação. Com a decisão anunciada na quarta-feira pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, parte do pedágio para a aprovação de projetos de interesse do Executivo está assegurada. Ainda será preciso pagar a parcela cobrada pelo PMDB, sob a forma de nomeações para suculentos cargos do segundo escalão. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já começou a pagar também essa parte, mas seus aliados têm mostrado impaciência e querem receber muito mais. As cobranças incluem postos na direção das empresas federais de eletricidade.

O PMDB tira vantagem de sua condição de aliado mais forte do PT. Seu apoio no Congresso é fundamental para as iniciativas mais importantes do governo. Sem esse aliado, o presidente Lula terá dificuldade para executar seus planos principais. Não se trata, e o presidente sabe disso, de uma aliança ideológica ou programática. Maiorias parlamentares, no Brasil, são normalmente voláteis e podem custar muito caro. O caso da bancada ruralista corresponde a outro padrão, também fisiológico e também dispendioso para o Tesouro, isto é, para o contribuinte.

Bancadas corporativas são independentes de filiações e de orientações partidárias. São programáticas apenas num sentido: servem para atender a interesses corporativos, quase sempre à custa da maior parte da sociedade. Em algumas circunstâncias, são mais eficientes, como grupos de pressão, do que grandes partidos.

A bancada ruralista acumulou grande experiência na extração de vantagens do governo. Conseguiu refinar os débitos do setor rural várias vezes - e até o fim do ano

ainda poderá forçar a renegociação de mais R\$ 59 bilhões. Desde 1995, a rolagem dessas dívidas custou ao Tesouro R\$ 10,4 bilhões. A nova renegociação custará R\$ 300 milhões. Envolverá dívidas de custeio e de investimento e incluirá compromissos já renegociados. No caso dos investimentos, os produtores deverão, para ter direito à repactuação, pagar uma pequena parte dos débitos com vencimento neste ano, mas com descontos especiais. Serão beneficiados produtores de algodão, arroz, milho, soja e trigo, sem distinção por Estado. O governo havia pretendido alguma discriminação, mas decidiu ceder.

Também isso tem sido característico das operações de refinanciamento. O governo acaba concedendo benefícios de forma generalizada, sem levar em conta as circunstâncias de cada caso e a necessidade real de cada devedor. Sem diferenciação, a ajuda acaba sendo embolsada tanto pelos produtores gravemente afetados por secas ou por outras adversidades quanto por devedores simplesmente avessos à idéia de liquidar compromissos bancários.

Ao apresentar, no final de junho, o plano financeiro da próxima safra, o governo anunciou a intenção de reformar e fortalecer o sistema de seguro rural. Para dar certo, o sistema deverá incluir a adesão obrigatória do produtor, como condição de acesso ao financiamento com juros oficiais. Se o mecanismo funcionar corretamente, o produtor ficará menos sujeito a grandes oscilações de renda.

Isso não impedirá, naturalmente, novas tentativas da bancada ruralista de arrancar vantagens do Tesouro. Apenas tornará mais trabalhoso, politicamente, agitar a bandeira da renegociação periódica das dívidas. Para enfrentar esse tipo de problema, o governo terá de atuar, no Congresso, com muito mais eficiência do que tem exibido até agora.

Durante muito tempo, os líderes petistas apoiaram os movimentos da bancada ruralista contra o Tesouro. Agiram sempre invocando a defesa de interesses dos pequenos produtores, mas, na prática, sempre contribuíram para o benefício dos grandes e habituais caloteiros.

**Corda de enforcado** – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/07/2007

Algo de errado acomete as finanças da agropecuária nacional. Quanto mais o campo se desenvolve, mais produtores se penduram na carteira do banco. O endividamento do setor rural triplicou em dez anos, atingindo R\$ 131 bilhões. Alguém trabalha, outrem ganha.

O governo se gaba. Acaba de anunciar que a agricultura terá crédito de R\$ 70 bilhões para o plantio da próxima safra. Os recursos ultrapassam em 16% o valor anterior. Caiu ainda a taxa de juros do custeio básico, de 8,75% para 6,75%. Aumenta, a cada ano, o crédito rural.



A dívida rural, porém, também se eleva continuamente. A somatória dos débitos já ultrapassa 60% do produto interno bruto (PIB) da agricultura. Tal proporção, em 1995, representava 35%. Piora a cada safra.

É contraditório. O agronegócio vai bem. Evolui a área plantada, rebanhos se multiplicam, a tecnologia se moderniza, as exportações estouram. As fronteiras se expandem, a agroindústria se multiplica. Tanta pujança no campo, todavia, menos se reflete no bolso do agricultor. O agronegócio lucra, o agricultor se aperta.

O endividamento do campo surgiu, ou melhor, aflorou em 1994, com a estabilização da economia. Antes do Plano Real ninguém sabia, na verdade, quanto devia. Nem interessava. Por meio do conhecido 'mata-mata', tomava-se crédito para quitar o débito anterior. Empurrava o buraco para a frente.

A ciranda financeira, com tudo indexado, resultava num ciclo vicioso. Agricultores, como tantos na economia, dedicavam-se mais a gerenciar seu caixa bancário, menosprezando a produção. Parecia mágica. Dinheiro do cheque especial pagava conta de adubo, crédito de custeio virava caminhonete. A ilusão monetária permitia qualquer trambique. Trabalhar menos valia.

Quando a nova moeda assoprou, definitivamente, a fumaça da inflação, o rombo acabou descoberto. Com uma agravante. Famigerados planos econômicos, anteriores ao Real, haviam provocado um descasamento entre as dívidas rurais e os preços agrícolas. Criou-se um fosso entre a receita e o custo da produção.

Durante bom período, naqueles anos, atordoados e temerosos, milhares de agricultores fugiram dos bancos. Depois, ameaçados de execução judicial, tomaram coragem para espernear. Assim promoveram, em 1995, o primeiro tratoração em Brasília. Quando Fernando Henrique decidiu, corretamente, securitizar as dívidas do setor, foi aí que o sistema bancário, puxado pelo Banco do Brasil, barbarizou. Taxas de inadimplência, multas contratuais e demais sem-vergonhices financeiras engordaram os débitos agrícolas. Resultado: quem financiou um trator acabou devendo quatro.

De lá para cá, nunca mais a situação se normalizou. Sucessivas rolagens trouxeram à situação presente. Há, também, débitos novos. Entre 2004 e 2006, verificou-se recuo na renda da agropecuária, causada pela queda dos preços internacionais, combinada com a valorização do câmbio. Pesou, também, o elevado custo do óleo diesel, dos fertilizantes e agrotóxicos. Conjuntura perversa.

O xis da questão do endividamento rural está na instabilidade da renda. Sabe-se que existe época de vacas gordas, entremeada com fase de vacas magras. No caso brasileiro, entretanto, conforme denominou Marcos Jank, o problema não é cíclico, mas ciclotímico. O humor da agricultura varia de eufórico para depressivo em tempo recorde.

Uma espécie de psicose maníaco-depressiva do campo se alimenta no sistema de crédito rural. Nos momentos de bom ganho, os empréstimos ultrapassam, num piscar de olhos, a própria capacidade de pagamento. Foi o que ocorreu no começo desta década.

Produtores rurais financiaram máquinas acima do recomendável. Enquanto a carência se cumpria, céu de brigadeiro. Dois anos depois, porém, as parcelas do principal fritaram o freguês. Tempestade brava.

Corde de enforcado. Crédito subsidiado, sem amparo no planejamento cuidadoso, pode criar nova dependência, quando não leva à falência e à perda da terra. Esse processo acaba por enfraquecer o campo. Onde está o equívoco?

Em vez de mais crédito, carece a agropecuária de um sistema de seguro, capaz de oferecer maior estabilidade à sua renda. Ano passado, cerca de R\$ 50 bilhões engordaram as carteiras de financiamento. No seguro rural, entretanto, o dispêndio mal atingiu R\$ 40 milhões. Menos de 0,1% dos empréstimos. Aqui reside a grande fragilidade da agropecuária nacional.

Há uma década, desde a crise pós-Plano Real, restou claro que o objetivo básico da política agrícola deveria ser a proteção da renda. A lição se perdeu no tempo. Agora, nova rolagem será efetuada, prorrogando parcialmente dívidas no valor de R\$ 6,5 bilhões. Filme velho. Empurra com a barriga a montanha do endividamento rural.

Polan Lacki, agrônomo ligado à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), escreveu certa vez instigante artigo em que perguntava: 'No guichê do banco ou no banco da escola?' Tentava ele responder aos dilemas do desenvolvimento rural latino-americano. Fica claro, para os estudiosos da economia rural, que a grande massa dos agricultores carece de educação empreendedora. Um choque de profissionalismo e consciência empresarial. Rumo à tecnologia.

Crédito rural somente funciona bem quando vinculado a projeto técnico de produção, amparado por mecanismos de proteção da renda do agricultor. Fora disso, coberto pelo Tesouro, dinheiro farto alimenta a malandragem e cultiva oportunistas. Agricultor que se preze gosta de trabalhar duro. Sabe que filho mimado, com mesada fácil, não aprende a viver.

**Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: [xico@xicograziano.com.br](mailto:xico@xicograziano.com.br)**

**Garantia-Safra 2006/2007 contempla mais de 346 mil agricultores familiares** Sítio do MDA – 17/07/2007

O programa Garantia-Safra assegurou 346.332 agricultores familiares do Semi-árido brasileiro na safra 2006/2007, distribuídos nos seguintes estados: Bahia (6.067); Ceará (172.932); Minas Gerais (812); Paraíba (59.310); Pernambuco (52.903); Piauí (34.211); Rio Grande do Norte (8.462); e Sergipe (11.635). No total, agricultores familiares de 475 municípios aderiram ao programa.

O único estado do Nordeste cujos agricultores não foram assegurados pelo Garantia-Safra 2006/2007 foi Alagoas. Isso porque no período de adesão para a última safra (até os meses de janeiro e fevereiro de 2007) ainda constava inadimplência em relação à safra 2005/2006. A situação só foi normalizada no final de junho deste ano, quando os agricultores já estavam colhendo e a safra já havia sido finalizada.

O Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que visa propiciar segurança ao exercício da atividade agrícola na região Semi-árida brasileira. Caso o agricultor perca a safra por causa da seca, ele poderá ter uma renda por tempo determinado (R\$ 110 durante cinco meses) para as culturas de arroz, milho, feijão, algodão e mandioca.

#### **Tranqüilidade para produzir**

Um dos beneficiados da última safra foi o agricultor Raimundo Vieira de Sousa, 56 anos, morador de Figueirópolis (CE). Vítima da seca que atingiu o município em fevereiro do ano passado, ele conta que perdeu o milho e o feijão plantados para abastecer a família de seis filhos e a esposa.

“Sobrou muito pouquinho e não deu nem para os animais”, diz ele. Com o recurso de R\$ 550 do Garantia-Safra, pago em duas parcelas, Sousa comprou a alimentação básica - arroz, feijão, óleo, sal e macarrão - e pagou contas que já tinha feito nas mercearias próximas à sua casa. “Minha felicidade foi não ficar com dívida na praça e poder arranjar trabalho com mais calma”, relata.

Atualmente, para participar do Garantia-Safra, o agricultor familiar precisa pagar R\$ 5,50, enquanto a prefeitura paga R\$ 16,50 por agricultor participante e o estado, R\$ 33 por agricultor participante. O restante do pagamento é feito pelo Governo Federal.

#### **Para gastar menos, governo muda política de subsídio - Mauro Zanatta e Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 19/07/2007**

Aos poucos, o governo começa a reorientar sua política de concessão de subsídios à comercialização das safras para evitar os pesados custos de armazenagem dos estoques públicos. Mesmo com a recente crise de renda no setor de grãos, o que tem exigido intervenções mais freqüentes no mercado, o governo tem conseguido apoiar a comercialização de volumes mais elevados de produtos a custos menores.

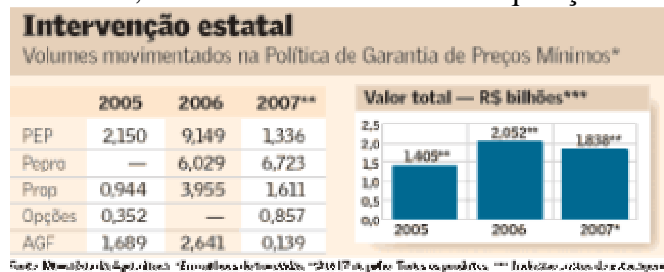
O foco das operações do governo está cada vez mais concentrado em instrumentos de comercialização dedicados a equalizações de preços do que a aquisições diretas de produtos. O gasto potencial com a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) cai de R\$ 2,3 bilhões, em 2006, para R\$ 1,8 bilhão neste ano. E tende a voltar aos níveis pré-crise. Em 2005, por exemplo, as despesas somaram R\$ 1,4 bilhão.

Na análise da intervenção recente do governo na comercialização das safras, é possível verificar uma crescente tendência de uso dos instrumentos de subsídio direto ao produtor, e não mais de subvenções por meio de indústrias e tradings do agronegócio.

Até 2005, a ênfase era nos gastos com aquisição direta (AGF) e na subvenção via Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) pago às indústrias. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) desembolsou R\$ 1,21 bilhão com os instrumentos, mas teve um custo de R\$ 192 milhões para "carregar" um estoque de apenas 5,13 milhões de toneladas.

"Gastamos bastante porque houve muita aquisição direta", diz o diretor de Comercialização e Abastecimento do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos.

No ano passado, a concessão de subsídios via indústrias registrou uma elevação quatro vezes superior ao ocorrido em 2005, concentrando-se em PEP e nos leilões para lançamento de opções privadas (Prop). Também houve uma elevação nos gastos com AGF. No período, o governo apoiou 21,7 milhões de toneladas de grãos - 13,1 milhões de toneladas via indústrias (PEP e Prop) e apenas 6 milhões diretamente a produtores (Pepro). Mas ainda com 2,6 milhões de toneladas em aquisições diretas.



Nos primeiros sete meses de 2007, a política do governo começou a ser revertida com a concentração da ajuda diretamente aos produtores (Pepro) e a quase extinção das aquisições diretas - os gastos somaram apenas 5,3% do realizado em 2006. "É uma opção deliberada do governo concentrar a atuação em instrumentos de subvenção direta ao produtor", afirma Anjos. O governo auxiliou, neste ano, 6,7 milhões de toneladas via Pepro e apenas 2,9 milhões por meio de PEP e Prop. E adquiriu via AGF somente 139 mil toneladas.

Agentes de mercado e especialistas no setor avaliam de forma positiva a nova estratégia. "A entrada do governo oferecendo equalização aos preços da soja foi fundamental o ano passado. Se isso não tivesse sido feito em Mato Grosso, haveria uma quebra geral", diz Cesar Borges de Sousa, vice-presidente da Caramuru Alimentos.

O professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, Guilherme Dias, afirma que como as últimas três safras foram desfavoráveis, o capital de giro dos produtores diminuiu e o risco de tomada de crédito aumentou. Por isso, o governo optou pelo subsídio às indústrias. "As tradings concedem o crédito aos agricultores com base nos preços futuros dos grãos e, no contrato, têm a garantia de recebimento em produto", analisa. "É menos arriscado ofertar crédito via tradings, que têm garantir de pagamento e de fato pagam o financiamento aos bancos, do que dar o dinheiro diretamente aos agricultores", avalia.

Também pesam, segundo ele, a estrutura familiar das empresas rurais e a tomada de crédito como pessoas físicas. Professor emérito da FEA-USP, o ex-ministro Delfim Neto, observa que falta maior controle governamental sobre os recursos concedidos aos produtores. "Nos Estados Unidos, o governo coloca um assistente rural em cada 20 fazendas para cada acompanhar a safra. E eles têm seguro rural, coisa que no Brasil não deslanchou", afirma.

**Custos com armazenagem recuam** – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios  
- 19/07/2007

A maior utilização de recursos como Pepro e Prop tem ajudado o governo a economizar com o armazenamento. Isso porque, quando subsidia preços em vez de adquirir produtos, a armazenagem dos grãos fica a cargo das empresas ou de produtores. "De fato, o governo adotou novos instrumentos que custam menos para ele, mas que ajudam o produtor da mesma forma que a AGF", afirma Rosa Xavier, gerente de controle de estoques da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com ela, com esses mecanismos, o governo passa a interferir menos no mercado. "O ajuste de preços é feito pelo mercado, tanto que os leilões de grãos feitos no último ano não trouxeram tanto efeito ao mercado, como em anos anteriores", observa Rosa. Conforme Luiz Campos de Almeida, da superintendência de armazenagem da Conab, a capacidade estática de armazenagem é hoje de 123,4 milhões de toneladas, distribuídas em 16,5 mil unidades armazenadoras. Dessa capacidade total, 23,5% têm contrato com a companhia. "E há muito estoque que não é público e divide esses armazéns com a Conab."

Pedro Arantes, analista da Federação da Agricultura de Goiás (Faeg) e pesquisador da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), diz que a mudança na concessão de crédito traz problemas aos agricultores no que se refere à armazenagem. "Antes o agricultor participava do leilão de AGF, entregava o grão ao governo e não tinha custos com armazenagem. Hoje a maioria dos armazéns está nas mãos das indústrias, e ele paga para fazer a estocagem enquanto negocia a safra". De acordo com levantamento da CNA, menos de 5% dos armazéns de Goiás são de produtores. No Mato Grosso, esse índice fica em torno de 10%.

Segundo Arantes, a maioria dos armazéns é antiga e encontra-se em regiões que hoje já não são dedicadas à produção de grãos, ou são administrados de forma arbitrária pelas indústrias. "Goiás tem capacidade estática de armazenagem de 11 milhões de toneladas, e a safra fica em torno disso. Mas, por exemplo, em Rio Verde e Acreúna existe ociosidade nos armazéns porque as indústrias não querem misturar soja com o milho safrinha", diz.

Muitos produtores, afirma Arantes, aproveitam o período de estiagem e estocam os grãos nas fazendas a céu aberto. "Isso porque a soja fora do armazém é vendida a R\$ 30 por saca. Dentro do armazém, a indústria compra do produtor a R\$ 25", observa. Para o pesquisador da CNA, a nova política favoreceu indústrias e governo, mas trouxe novos problemas aos agricultores. **(CB)**

**Nova linha do Pronaf apóia energias renováveis e sustentabilidade ambiental** – Sítio eletrônico do MDA – 20/07/2007

O anúncio dos recursos destinados ao Plano Safra 2007/2008, feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em junho, veio acompanhado de novidades para as famílias enquadradas nos grupos C, D ou E do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Uma delas é a linha Pronaf ECO Sustentabilidade

Ambiental, que prevê investimento para energias renováveis e para a sustentabilidade ambiental do estabelecimento familiar.

A nova linha do programa demonstra uma preocupação do MDA com a questão ambiental nos assentamentos e na reforma agrária como um todo, diz o diretor de Financiamento e Proteção à Produção Rural do MDA, João Luiz Guadagnin. Segundo ele, a criação dessa nova linha de crédito foi necessária porque o Ministério percebeu que entre os agricultores familiares havia um grupo considerável interessado em utilizar energias alternativas na produção.

Outro fator importante para a criação da nova linha foi a necessidade que muitos agricultores familiares tinham de estocar água – na forma de barragens, açudes ou cisternas – para a alimentação de pessoas e animais e, eventualmente, para a plantação nas épocas de seca.

Segundo Guadagnin, outra demanda percebida foi a necessidade de apoio à silvicultura, isto é, às atividades florestais utilizadas para a produção madeireira e não-madeireira. “Há uma demanda atual muito forte por produção de madeira. Uma parte das pequenas propriedades, pelo tipo de topografia e pela qualidade do solo, consegue se adequar melhor à produção de essências florestais voltadas ao mercado. Essa nova linha vai dialogar bastante com a silvicultura e imaginamos que um grupo razoável de agricultores a utilizará para isso”, acredita.

### **Recursos disponíveis**

De acordo com Guadagnin, dos R\$ 12 bilhões anunciados para esta safra, R\$ 3 bilhões serão destinados aos grupos C, D ou E. Dentro disso, cerca de R\$ 100 milhões deverão ser destinados a essa nova linha. “A expectativa é de que, com esse recurso, a gente consiga firmar até 10 mil contratos nesta safra”, avalia.

A nova linha de investimento apresenta juros de 2% ao ano para famílias agricultoras dos grupos C e D, e de 5,5% ao ano, para as do grupo E. São até oito anos de prazo para pagamento com três a cinco anos de carência. No caso da silvicultura, caso a atividade exija, os prazos poderão ser maiores: até 16 anos para pagamento, com oito anos de carência.

Os limites de financiamento variam conforme o grupo do Pronaf: até R\$ 6 mil para o grupo C, R\$ 18 mil para o grupo D e R\$ 36 mil para o grupo E. Os recursos podem ser acessados de forma individual, coletiva ou em grupo. Até 35% dos recursos podem ser destinados a custeio associado ao projeto de investimento.

### **Onde investir**

Os recursos da nova linha podem ser investidos na implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, eólica, biomassa ou miniusinas para biocombustíveis, por exemplo. Também podem ser investidos na substituição da tecnologia de combustível fóssil para renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas.

Além disso, poderão ser financiadas tecnologias ambientais (estações de tratamento de água, dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem), armazenamento hídrico, instalação e ligação de água ou, ainda, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos.

### Como acessar

Antes de mais nada, é preciso possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Esse documento identifica a família como beneficiária do Pronaf. A declaração pode ser retirada gratuitamente em qualquer entidade oficial de assistência técnica e extensão rural ou nos sindicatos rurais.

A DAP também serve para enquadrar a família nos grupos do programa. Esse enquadramento é feito levando em consideração a renda anual, o tamanho da terra e do número de empregados permanentes na propriedade. Também é preciso definir qual será a atividade produtiva a ser financiada. Nesse momento, é importante procurar a assistência técnica para trocar idéias e elaborar um projeto e uma proposta de crédito para o banco.

Com o projeto feito, a DAP e os documentos pessoais em mãos, é só procurar uma agência bancária. O banco analisará a renda obtida pela família e o que será produzido para aprovar ou não a contratação do financiamento.

### Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental

Público	Modalidade	Finalidade	Crédito	Juros	Bônus de adimplência	Prazo	Carência
Agricultores familiares enquadrados nos grupos C, D ou E.	Investimento.	Investimento em produção, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura.	Grupo C: até R\$ 6 mil. Grupo D: até R\$ 18 mil. Grupo E: até R\$ 36 mil.	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Não contempla.	Até 8 anos. No caso da silvicultura, de 12 a 16 anos.	De 3 anos a 8 anos, dependendo do projeto técnico, quando a atividade assim requer. No caso da silvicultura, de até 8 anos.

**LIBERADOS R\$ 62,7 MILHÕES DO FUNCAFÉ** – João Carlos Rodrigues - Sítio Eletrônico do MAPA – 23/07/2007

**Brasília (23/07/07)** - O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) liberou nos últimos dias R\$ 62,7 milhões dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para apoiar a cadeia produtiva da cafeicultura. Do total, R\$ 60 milhões foram repassados ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), e R\$ 2,7 milhões, ao Banco Safra. Até agora, o governo já transferiu para os agentes financeiros conveniados R\$ 950,2 milhões, de um orçamento de R\$ 2,026 bilhões do Funcafé para este ano.

Os recursos do Funcafé se destinam ao financiamento de custeio, colheita, estocagem e Financiamento para Aquisição de Café (FAC). Os R\$ 60 milhões transferidos ao Bancoob foram para crédito de estocagem do produto. Dos 2,7 milhões repassados ao Banco Safra, R\$ 2,5 foram para o FAC e R\$ 200 mil para colheita.

De acordo com o diretor do Departamento do Café (Dcaf) da Secretaria de Produção e Agroenergia, Lucas Tadeu Ferreira, dos R\$ 950,2 milhões do Funcafé liberados até agora, R\$ 413 milhões foram para colheita, R\$ 356,4 milhões para estocagem, R\$ 165,5 milhões para FAC e R\$ 15,1 milhões para custeio.

“O orçamento de R\$ 2,026 bilhões do Funcafé para este ano teve um acréscimo de quase 30% em relação ao de 2006, de R\$ 1,578 bilhão”, destacou Ferreira. Esses recursos, explicou, são procedentes da arrecadação com a venda dos estoques do fundo e do retorno dos empréstimos.

A previsão, segundo o diretor do Dcaf, é de que o orçamento do Funcafé seja de R\$ 2,56 bilhões em 2008. *(João Carlos Rodrigues)*

**Comitê de Agroecologia do Condraf amplia espaços para debate sobre o tema** – Sítio Eletrônico da SAF – 23/07/2007

A criação do Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) foi anunciada. Para o secretário nacional de Agricultura Familiar, Adoniram Peraci, “esse é mais um passo que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dá na direção de apoiar o processo de transição agroecológica e o fortalecimento da agricultura de base ecológica nas unidades familiares de produção”.

Em uma publicação lançada recentemente sobre o tema, o coordenador-geral de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (ATER/SAF), Francisco Roberto Caporal, diz que a “Agroecologia é a ciência capaz de estabelecer bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis, dando suporte para as políticas públicas voltadas a processos de transição agroecológica”.

Entre as principais atribuições do comitê estão: apresentar propostas, acompanhar e avaliar políticas públicas e instrumentos que apoiem a promoção do desenvolvimento rural



sustentável e o processo de transição dos modelos produtivos convencionais para sistemas sustentáveis.

Além disso, cabe ao novo comitê sugerir as diretrizes que orientarão a forma de aplicar recursos orçamentários e futuros financiamentos que venham a constituir as políticas de apoio ao processo. No que se refere aos territórios rurais, ele deverá analisar e propor estratégias baseadas nos princípios da Agroecologia, apropriadas às particularidades de cada um.

### **Debate surgiu em 2003**

Em 2003, surgiu no âmbito da Secretaria de Agricultura Familiar o debate sobre a criação do Comitê de Agroecologia do Condráf. Em 2005, a SAF/MDA lançou o Programa de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção. O Programa de Agroecologia, como também ficou conhecido, buscava dar maior unidade e visibilidade às ações que a SAF vinha desenvolvendo nesse campo.

A formação de agentes de ATER e a participação nos espaços de definição de políticas públicas e processos regulatórios foram algumas das ações diretas da SAF. Indiretamente, a atuação da Secretaria aconteceu através do repasse de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), via convênios e contratos com entidades governamentais, não-governamentais e de representação dos agricultores familiares.

Além disso, foram realizados fóruns, congressos e seminários de Agroecologia, apoiados através de projetos de cooperação técnica, além de atividades de apoio à pesquisa na área, à sistematização de experiências e a projetos ligados à comercialização, entre outros. “Algumas das ações apoiadas só foram possíveis porque a SAF buscou parcerias com outros ministérios e órgãos do Governo Federal”, destaca Caporal.

Segundo ele, desde que a SAF assumiu essa iniciativa, ainda em 2003, foi possível avançar muito, permitindo que fossem apoiadas ações de fortalecimento de processos de transição agroecológica, criando espaços de articulação com a sociedade civil e organizações públicas estatais e com os demais atores locais. “Hoje temos o grande desafio de seguir nessa tarefa junto ao novo comitê”, acrescenta Caporal.

### **Como é a composição**

Além da Secretaria de Agricultura Familiar, o comitê tem como membros instituições governamentais e não-governamentais, como a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Conselho Nacional das Entidades

Estaduais de Pesquisa (Consepa), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf/Brasil), a Via Campesina, organizações não-governamentais (ONGs) de cada região do País, a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab), a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a Associação Brasileira de Agroecologia, o Fórum das Certificadoras por Auditoria, a Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Extensão Rural e do Setor Público e a ONG AS-PTA.

#### **DEMANDA POR CRÉDITO RURAL CRESCEU 5% NO ANO-SAFRA 2006/2007 – Sítio Eletrônico do MAPA – 24/07/2007**

**Brasília (24/07/07)** - A agricultura empresarial contratou R\$ 44,6 bilhões, no ano-safra 2006/2007, por meio de linhas de financiamento Crédito Rural. O valor supera em 5% o contratado no ano-safra 2005/2006: R\$ 42,33 bilhões.

Para o Coordenador-Geral de Análise Econômica do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola (Deagri/SPA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Marcelo Fernandes Guimarães, a comparação entre o montante programado e os valores contratados do crédito rural nos dois anos-safra, demonstra que, além do aumento na demanda por recursos, o perfil do endividamento do produtor rural melhorou, ou seja, ele se endividou a um custo menor.

Segundo ele, o crédito ficou mais barato em razão de alguns fatores como o aumento da aplicação a juros controlados, que foi quase 30% superior à realizada no ano-safra passado; a queda na demanda por recursos livres, que são mais caros para o contratante; e o aumento de 55% na aplicação de recursos na poupança rural equalizada, com juros controlados. As constatações foram feitas pelo grupo de acompanhamento do crédito rural, em sua reunião mensal, realizada na última quarta-feira (18/07). O grupo funciona como um comitê de estatística e avaliação do Crédito Rural e é formado por membros do Governo Federal (ministérios da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda) e membros do sistema financeiro.

A reunião constatou ainda que, pelo segundo ano, não se conseguiu aplicar a totalidade de recursos programados. Foram contratados 89% do montante previsto. Houve também uma queda de 7% na demanda por recursos para investimento. O que, segundo Guimarães, “se deve ao alto endividamento do setor, já que os bancos temem liberar recursos para produtores que se encontram com a renda comprometida com o pagamento de dívidas”.

O coordenador pondera que a queda na contratação de recursos para investimento foi menor que o esperado. No entanto, verifica-se desde março deste ano, uma recuperação na tomada de recursos para investimento, impulsionada pelo Programa Modernização da Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas (Moderfota), destinado ao

financiamento, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), de aquisições de máquinas e equipamentos agrícolas.

**Acompanhe, no quadro em anexo, a comparação entre os anos-safra 2005/2006 e 2006/2007.**

PROGRAMAÇÃO e APLICAÇÃO DE RECURSOS

SAFRAS 2005/2006 e 2006/2007

(em R\$ milhões)

Fontes de recurso ou programas	2005/2006			2006/2007			Comparativo Aplicação Var.(%) (d)/(b)
	Programação	Aplicação	Desemb.	Programação	Aplicação	Desemb.	
	jul/05 a jun/06	jul/05 a junho/06	relativo	jul/06 a jun/07	jul/06 a junho/07	relativo	
	(a)	(b)	(b)/(a)	(c)	(d)	(d)/(c)	
<b>1. Custeio e Comercialização</b>	<b>33.200,0</b>	<b>36.869,8</b>	<b>111%</b>	<b>41.400,0</b>	<b>39.522,5</b>	<b>95%</b>	<b>7%</b>
<b>1.1 a Juros controlados</b>	<b>20.900,0</b>	<b>22.888,3</b>	<b>110%</b>	<b>30.100,0</b>	<b>29.538,2</b>	<b>98%</b>	<b>29%</b>
Exigibilidades (8,75% a.a.) <sup>1</sup>	15.200,0	16.335,6	107%	20.400,0	19.865,9	97%	22%
Poupança rural (8,75% a.a.) <sup>(2)</sup>	4.000,0	5.079,0	127%	8.000,0	7.896,4	99%	55%
FUNCAFE (9,5% a. a.)	1.000,0	1.144,7	114%	1.000,0	1.560,7	156%	36%
Proger rural (8% a.a.)	700,0	329,1	47%	700,0	215,3	31%	-35%
-Banco do Brasil	300,0	156,9	52%	300,0	113,4	38%	-28%
-Banco do NE	-	-	-	-	-	-	-
-Bancos Cooperativos	380,0	172,1	45%	380,0	101,9	27%	-41%
-Banco da Amazônia	20,0	-	-	20,0	-	0%	-
<b>1.2 a Juros livres</b>	<b>12.300,0</b>	<b>13.981,5</b>	<b>114%</b>	<b>11.300,0</b>	<b>9.984,3</b>	<b>88%</b>	<b>-29%</b>
Poupança Rural (MCR 6-4) <sup>(3)</sup>	5.000,0	3.447,3	69%	6.000,0	926,5	15%	-73%
Recursos Livres <sup>(4)</sup>	2.300,0	2.126,5	92%	2.300,0	2.050,3	89%	-4%
CPR Aval/Compra	5.000,0	3.588,2	72%	3.000,0	1.625,6	54%	-55%
BB-Agroindustrial ( MCR 6-4)	-	4.819,5	-	-	5.381,9	-	12%
<b>2. Investimento</b>	<b>11.150,0</b>	<b>5.475,5</b>	<b>49%</b>	<b>8.600,0</b>	<b>5.090,9</b>	<b>59%</b>	<b>-7%</b>
<b>2.1 Programas do BNDES<sup>(5)</sup></b>	<b>8.550,0</b>	<b>3.299,5</b>	<b>39%</b>	<b>6.100,0</b>	<b>2.895,7</b>	<b>47%</b>	<b>-12%</b>
Moderfrota	5.500,0	1.406,1	26%	3.000,0	1.536,9	51%	9%

Moderagro	1.200,0	854,6	71%	1.200,0	489,1	41%	-43%
Moderinfra	700,0	282,8	40%	500,0	169,9	34%	-40%
Prodefruta	200,0	96,9	48%	150,0	95,8	64%	-1%
Prodeagro	300,0	304,6	102%	500,0	300,0	60%	-1%
Propflora	100,0	50,3	50%	100,0	54,0	54%	7%
Prodecoop	550,0	304,2	55%	450,0	239,4	53%	-21%
Prolapec	-	-	0%	200,0	10,5	5%	0%
<b>2.2 Demais linhas/programas</b>	<b>2.600,0</b>	<b>2.176,0</b>	<b>84%</b>	<b>2.500,0</b>	<b>2.195,2</b>	<b>88%</b>	<b>1%</b>
Fundos Constit.( 5% a 9,0% a. a.) <sup>(6)</sup>	2.000,0	2.090,6	105%	2.200,0	2.130,4	97%	2%
Finame Agríc. Esp. (12,35% a. a.) <sup>(5)</sup>	500,0	32,7	7%	200,0	14,5	7%	-56%
Proger - BB (8% a.a.)	100,0	52,7	53%	100,0	50,3	50%	-4%
<b>3. AGRICULTURA EMPRESARIAL (1+2)</b>	<b>44.350,0</b>	<b>42.345,3</b>	<b>95%</b>	<b>50.000,0</b>	<b>44.613,5</b>	<b>89%</b>	<b>5%</b>
<b>4. Agricultura Familiar (Pronaf)<sup>(7)</sup></b>	<b>9.000,0</b>	<b>7.035,6</b>	<b>78%</b>	<b>10.000,0</b>	<b>7.722,8</b>	<b>77%</b>	<b>10%</b>
<b>5. AGRICULTURA TOTAL (3+4)</b>	<b>53.350,0</b>	<b>49.380,9</b>	<b>93%</b>	<b>60.000,0</b>	<b>52.336,3</b>	<b>87%</b>	<b>6%</b>
<b>6. Outros Créditos</b>	<b>3.500,0</b>	<b>749,9</b>	<b>21%</b>	<b>3.000,0</b>	<b>3.287,3</b>	<b>110%</b>	<b>338%</b>
<b>6.1 FAT Giro Rural</b>	<b>3.000,0</b>	<b>603,0</b>	<b>20%</b>	<b>3.000,0</b>	<b>3.250,1</b>	<b>108%</b>	<b>439%</b>
Banco do Brasil	2.000,0	506,6	25%	2.500,0	2.828,4	113%	458%
Demais bancos <sup>(5)</sup>	1.000,0	96,4	10%	500,0	421,8	84%	338%
<b>6.2 BB Coopgiro FAT ( custeio)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6.3 FCO Comercialização</b>	<b>500,0</b>	<b>146,9</b>	<b>29%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-100%</b>

<b>7. TOTAL GERAL (5 + 6)</b>	<b>56.850,0</b>	<b>50.130,8</b>	<b>88%</b>	<b>63.000,0</b>	<b>55.623,6</b>	<b>88%</b>	<b>11%</b>
-------------------------------	-----------------	-----------------	------------	-----------------	-----------------	------------	------------

Fonte: RECOR/BACEN, BNDES, BB, BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI.

Elaboração: DEAGRI/SPA/MAPA.

Data: 17.07.2007

Notas

- (1) Informações do Bacen/Recor (cust, inv, comerc.) deduzidos Pronaf fonte Exigibilidade ( BB, Sicredi, Bancoob, Basa e BNB).
- (2) Poupança Rural - recursos controlados : informações BB
- (3) Informações do BB, BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI.Lançamento total (cust, inv, comerc)
- (4) Informações Recor/Bacen. Lançamento total ( cust, inv, comerc)
- (5) Informações do BNDES (desembolso)
- (6) Informações do BB, BNB e BASA. FCO comercialização foi lançado separadamente.
- (7) Informações do BB, BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI.

---

**Lançamento direto na tabela principal: programas do BNDES( 2.1); Finame Especial ( 2.2); Fat Giro (demais bancos - BNDES) ( 6.1) e BB Coopgiro ( 6.2)**

**Demais itens: lançados na tabela cic tab auxiliar.**

---

**'Sobra' de R\$ 5,4 bi em crédito de 2006/07** - Mauro Zanatta – Valor Econômico –  
Agronegócios - 24/07/2007

Comemorado pelo governo como um dos principais instrumentos de incentivo ao setor rural, o aumento na oferta de crédito rural não tem cumprido o papel de alavancar os negócios agropecuários e estimular investimentos na área. O desembolso relativo do sistema oficial de crédito rural ficou, pelo segundo ano-safra consecutivo, abaixo do orçamento original previsto pelo Ministério da Agricultura.

Na temporada 2006/07, finalizada em 30 de junho, a aplicação dos recursos chegou a apenas 89% do total programado - no ciclo anterior (2005/06), o desembolso chegou a 95% do total. Com isso, "sobraram" R\$ 5,387 bilhões no sistema financeiro. O governo tinha anunciado R\$ 50 bilhões para o setor, mas foram efetivamente aplicados apenas R\$ 44,613 bilhões, segundo dados obtidos pelo Valor. No ano-safra 2005/06, havia R\$ 44,35 bilhões, e os desembolsos somaram R\$ 42,345 bilhões - um déficit da ordem de R\$ 2 bilhões.

A crise de renda no segmento de grãos e o conseqüente crescimento do endividamento rural ajudam a explicar a piora neste indicador de desempenho do setor, sobretudo no crédito para programas de investimentos. Mas a política de concessão de crédito dos bancos também tem sido cada vez mais restritiva. "Há um temor com a crise e uma avaliação caso a caso sobre a situação financeira de cada produtor", afirma o coordenador-geral de Análise Econômica da Secretaria de Política Agrícola do ministério, Marcelo Guimarães. "Os bancos contraíram o crédito e ficaram mais criteriosos", observa ele.

Da análise do desempenho do crédito rural na última safra emergem evidências de uma forte desaceleração no crédito para investimento. Os oito programas administrados pelo BNDES deixaram de aplicar R\$ 3,2 bilhões (53%). Neste período, o desembolso foi ainda menor do que na temporada anterior (queda de 12%), quando foram emprestados R\$ 3,3 bilhões. "É a demonstração da crise. Houve uma impossibilidade de acessar os recursos. Não há capacidade de endividamento", analisa a vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

"E vai piorar nesta safra atual porque os bancos vão restringir ainda mais o crédito, já que os produtores não têm garantias reais para os empréstimos", diz ela.

Os dados oficiais, consolidados pelo Ministério da Agricultura, evidenciam que os produtores também deixaram de ter acesso aos recursos do crédito de custeio com juros livres. Escaldado com as altas taxas, o setor contratou apenas 88% do total disponível. Na safra anterior, os produtores haviam tomado emprestado 14% a mais do que o previsto. Assessor técnico da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o economista Ademiro Vian avalia que as restrições bancárias têm fundamentos sólido.

Segundo ele, houve uma oferta adicional de crédito em razão da "sobra" de R\$ 1,2 bilhão ocorrida em 2005/06, a elevação no volume das exigibilidades bancárias provocadas pela explosão dos depósitos à vista e a necessidade de maior seletividade na concessão do crédito. "As restrições cadastrais inibiram o crédito. Isso vai continuar talvez com mais rigor porque vamos ter que fazer provisão para riscos operacionais a partir de dezembro".

Ainda conforme Vian, o governo precisa mudar a matriz do crédito, passando a analisar as cadeias produtivas e criando um estatuto de micro e pequenas empresas do agronegócio. "Pessoa física tem pouco espaço no mundo do crédito de hoje".

Os números do Ministério da Agricultura mostram, também, ter havido um piora até mesmo nos empréstimos de custeio e comercialização da safra. O desembolso efetivo despencou de 111% na temporada 2005/06 para 95% no período terminado em junho deste ano. Sobraram R\$ 1,878 bilhão nessa rubrica. "Os produtores tomaram menos recursos, mas houve melhora no perfil com juros mais baratos", argumenta Marcelo Guimarães. Segundo ele, nesta safra a situação deve ser normalizada. "Está havendo uma retomada com queda dos juros e solução parcial para as dívidas do setor".

**CRÉDITO** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/07/2007

Dos R\$ 63 bilhões de recursos governamentais que os produtores tiveram à disposição na safra 2006/7, R\$ 55,6 bilhões foram tomados, ou seja, 88% do disponível. A agricultura empresarial, que tinha R\$ 50 bilhões, pegou R\$ 44,6 bilhões. Já a familiar, que tinha R\$ 10 bilhões, ficou com R\$ 7,7 bilhões.

**EXCESSO DE EXIGÊNCIAS** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/07/2007

O grande inibidor para a tomada de recursos pelos produtores foi o excesso de exigências de garantia pelos bancos. Devido às dívidas anteriores, o produtor não ficou apto ao crédito, na avaliação dos bancos que liberavam o crédito.

**CMN APROVA AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA DE CUSTEIO** – Sítio Eletrônico do MAPA – 26/07/2007

**Brasília (26/07/2007)** - O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na reunião de hoje proposta de ampliação do prazo de prorrogação da dívida de custeio do setor agrícola.

De acordo com a decisão, o benefício da renegociação da dívida de custeio, previsto para as safras 2004/2005 e 2005/2006 foram estendidos para a safra 2003/2004.

Segundo o coordenador-geral de análises econômicas do Departamento de Economia Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Marcelo Fernandes Guimarães, o voto, elaborado pela Secretaria de Política Agrícola (SPA/Mapa), foi encaminhado no dia 17 de julho ao Ministério da Fazenda.

A proposta do Mapa previa também a inclusão da prorrogação e concessão de bônus para as dívidas de investimento. No entanto, segundo Guimarães, por entendimento do Ministério da Fazenda, essa matéria deve ser primeiro objeto de lei para posteriormente ser regulamentada pelo CMN.



O prazo para que os produtores busquem os credores para a renegociação também foi alterado e passou de 31 de julho para o dia 31 de agosto. O Conselho aprovou ainda a repactuação sem necessidade de análise ‘caso-a-caso’, ou seja, de forma automática e generalizada a todos os produtores elegíveis ao benefício. A regra anterior estabelecia que a negociação fosse feita após avaliação individual.

**Apoio à produção ajuda agricultor a realizar o sonho de se manter em sua terra –**  
Sítio Eletrônico do MDS – 27/07/2007

Sonho de muitos: Rogério (primeiro em pé, à esq.) cultiva sua produção na terra onde nasceu

*No Dia do Agricultor - 28 de julho – muitos deles, apoiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, comemoram a segurança e a alegria de trabalhar em sua própria região*

Os segredos da terra só eles conhecem bem: deixá-la descansar para depois produzir, respeitar o tempo e os perigos do fogo, evitar tudo o que contamina o alimento e compromete a saúde das pessoas. “A terra não pode ser maltratada”, resume, com a sabedoria de quem nasceu e se criou no mesmo chão, Rogério Moura, um homem que aos 41 anos de idade até tentou a vida em Brasília, mas voltou logo para o distrito de Jordão, em Sobral, Ceará. Voltou para a mesma serra de clima bom na qual, aos 10 anos, aprendeu a plantar com o pai e mais sete irmãos. De estudo, só tem até a quarta-série do ensino fundamental, mas de experiência com a agricultura, difícil contabilizar o que acumulou durante mais de trinta anos.

Neste sábado, 28 de julho, quando se comemora o Dia do Agricultor, ele vai estar trabalhando, afinal, para a natureza a cronologia formal não faz diferença. O calendário que vale é o da lua, do sol, das estações, da chuva. Rogério é presidente da Associação Comunitária dos Moradores Sítio São Francisco e representa 81 pequenos agricultores familiares, hoje responsáveis pela qualidade dos alimentos servidos no Restaurante Popular de Sobral. “A terra não é nossa, mas o que a gente produz tem o mesmo valor que teria se fôssemos os donos”, garante.

E isso eles provaram, ao recepcionarem a delegação estrangeira que quis conhecer de perto a vida dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Rogério e seus companheiros tiveram a oportunidade de contar que hoje podem trabalhar na terra com mais tranquilidade porque não dependem mais do atravessador. “O dinheiro que a gente recebe é certo e dá para oferecer mais conforto para a família”, diz ele. As duas filhas, de 9 e 14 anos, estão na escola e, ao contrário do que viveu quando criança, estudam sem precisar assumir precocemente a lida difícil da roça.

Se o distrito de Jordão hoje está “com outra cara”, como Rogério mesmo diz, com certeza boa parte do mérito pode ser atribuída aos agricultores da região. “Toda terça-feira, a gente acompanha o carro que vem buscar a produção e levar para o Restaurante”, lembra. Tem produtor familiar até ultrapassou a cota mínima de produtos e já pode ajudar quem precisa mais. Milho, mandioca, feijão, hortaliças, e agora o aproveitamento total do caju, são apenas alguns dos principais itens da variedade agrícola do distrito, um dos 14 pertencentes administrativamente a Sobral.

Mais de 150 mil pequenos produtores foram beneficiados pelo PAA só no ano passado

**Programa que dá segurança** - O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é um programa chave nas estratégias do Fome Zero do Governo Federal. Embora aparente alguma complexidade por conta de suas várias modalidades, o PAA é simples. Tem o objetivo de garantir preços e mercado para os pequenos agricultores e, na outra ponta, suprir as necessidades de pessoas em insegurança alimentar e nutricional. O programa tem dois ministérios parceiros no financiamento: Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também tem um papel importante na execução, juntamente com Estados e Municípios.

Com a parceria entre Sobral e o Governo Federal, mais de 1.124 moradores pobres estão sendo beneficiados, além de outros 200 agricultores da região. A mesma estratégia que norteia o programa do MDS para a Agricultura Familiar, só no ano passado, apoiou mais de 150 mil pequenos produtores em 3.574 cidades do País, com a compra de 466.656 toneladas de alimentos, que contribuíram com a segurança alimentar e nutricional de 7 milhões e 667 mil brasileiros de famílias pobres. Tudo isso por meio de convênios e parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estados e municípios.

Mas, afinal, qual é o maior sonho na vida de um agricultor? “Ter o que comer e trabalhar para sua família sem nunca ter que sair de perto da terra”, responde Rogério Moura. Apesar de reconhecer a importância dos grandes produtores, para ele, a ligação do pequeno com a terra é muito maior. “A gente fica feliz quando vê o que plantou alimentando tanta gente”.

#### **Serviço**

O Dia do Agricultor foi criado pelo Decreto 48.630/60, em comemoração ao centenário de criação do Ministério da Agricultura.

#### **CMN estica prazo para dívidas** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios- 27/07/2007

Os produtores com dívidas de custeio das safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06, que haviam sido prorrogadas no ano passado, ganharam prazo adicional para renegociar o pagamento da parcela com vencimento previsto para 2007. O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu ontem estender, de 31 de julho para 31 de agosto, o prazo para formalização da renegociação das dívidas, estimadas em R\$ 1,8 bilhão.

O Ministério da Fazenda informou que a alteração auxiliará os agentes financeiros a concluir o processo de repactuação, que inclui débitos nos programas de investimento. O

CMN também permitiu que a nova rolagem poderá ser feita para grupos de produtores. Pela regra anterior, a negociação tinha que individual, ou "caso a caso", como previa o acordo.

Mas as regras para a repactuação dos débitos em programas de investimento do BNDES não foram decididas pelo conselho. A concessão de bônus a quem pagar a parcela de 2007 deve ser incluída pelo governo na MP nº 372, em análise no Senado. O CMN só poderá regulamentar a questão depois que o benefício for incluído em lei.

Na reunião, o CMN também concedeu mais prazo - 31 de janeiro de 2008 - aos produtores de cacau para aguardar o processo de formalização da renegociação de dívidas, cujo impacto ao Tesouro é estimado em R\$ 2 milhões. Até lá, os produtores mantêm o status e os benefícios de adimplência.

Os conselheiros decidiram ainda estender o prazo de financiamento a pecuaristas dos cinco municípios de Mato Grosso do Sul atingidos pela febre aftosa em 2005. Produtores de Eldorado, Mundo Novo, Japorã, Iguatemi e Itaquiraí poderão contratar empréstimos de linha de crédito especial para reestruturação ou reconversão da atividade até 31 de março de 2008. O CMN aprovou a contratação pelo BNDES de 4 mil operações não concluídas até 30 de junho, de R\$ 30 milhões, ainda sob as regras da safra 2006/07.

### **Dívidas são empecilho à expansão da soja** - Agnaldo Brito E Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/07/2007

Compromissos assumidos nas safras anteriores somam R\$ 131 bilhões

A aposta dos sojicultores para a próxima safra poderia ser muito maior não fosse o pesado endividamento contraído com as indústrias de insumos no período de baixa da cultura nos últimos dez anos. A dívida total do agronegócio é estimada em R\$ 131 bilhões e, por enquanto, o que há é apenas uma possibilidade de equalizá-la.

O governo tem até o dia 30 de agosto para apresentar uma proposta de renegociação dessa dívida, o chamado Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA). O fundo, criado numa Medida Provisória já enviada ao Congresso Nacional, servirá para os produtores quitarem os débitos com as empresas de defensivos e de fertilizantes.

“Os produtores poderiam e até gostariam de plantar mais soja este ano, mas não vão conseguir por causa da falta de crédito para compra de insumos”, diz André Pessoa, sócio-diretor da Agroconsult. Em Mato Grosso, a previsão é que a soja ocupe na próxima safra 5,5 milhões de hectares, apenas 400 mil hectares a mais do que a área cultivada na safra passada.

Há duas safras, o Estado semeou 6,1 milhões de hectares. Pessoa acredita que os bons preços da soja no mercado internacional seriam suficientes para levar a produção a esse patamar neste ano. “Vamos ver como essa proposta de refinanciamento será apresentada. A área poderá superar os 5,5 milhões de hectares que estamos prevendo, caso o refinanciamento de fato ajude os produtores”, pondera o consultor.

O endividamento do produtor pesa na hora de comprar os insumos. Segundo o diretor-executivo da Associação Nacional para a Difusão de Adubos (Anda), Eduardo Daher, boa parte dos produtores está tendo de pagar à vista a compra de fertilizantes, porque a indústria adotou critérios mais rigorosos para conceder crédito.

## CUSTO

Mesmo com o endividamento elevado dos produtores, as estatísticas da Anda indicam que Mato Grosso foi o Estado que liderou as compras de fertilizantes no primeiro semestre deste ano. Foi vendido 1,8 milhão de toneladas de adubo, um volume 240% maior na comparação com igual período de 2006.

“Hoje, os produtores de Mato Grosso devem o equivalente à receita de uma safra e meia”, diz José Nardes, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Primavera do Leste, no sul de Mato Grosso, e vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso.

O principal fator de preocupação continua sendo o elevado custo de produção e do frete. “O adubo subiu 35% este ano e os agroquímicos, entre 7% e 10%”, conta Nardes. Ele destaca que o que mais afeta a rentabilidade do agricultor da região é o custo do frete, agravado pela desvalorização do dólar.

Segundo a Agroconsult, gasta-se US\$ 108 por tonelada de soja transportada do norte de Mato Grosso ao Porto de Paranaguá (PR), cerca de um terço do preço do produto. No ano passado, com o dólar a R\$ 2,60, o custo do frete para o mesmo percurso era bem menor, de US\$ 77 por tonelada.

Para Nardes, nem mesmo o preço favorável da soja no mercado internacional atenua o impacto negativo do custo do frete e a falta de logística para escoar o grão do Centro-Oeste para o porto. Para ele, o aumento da produção de soja não virá dos agricultores do Centro-Oeste.

O peso crescente das despesas com óleo diesel e mão-de-obra é ressaltado pelo presidente da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Humberto Santa Cruz. Em 2001, o litro do diesel custava R\$ 0,80 e hoje está em R\$ 1,80 na sua região. No mesmo período, o salário mínimo, que era R\$ 180 em 2001, atualmente está em R\$ 380. Enquanto isso, o dólar, parâmetro para se chegar ao preço em reais da soja, que estava cotado a R\$ 2,04, hoje está abaixo de R\$ 2. “Tivemos grandes problemas de custos e queda da receita com a commodity no período.”

Apesar do recorrente problema da valorização do real em relação ao dólar, o que reduz o ganho do agricultor, o presidente da Aiba admite que mudou o cenário do agronegócio. “Os produtores de soja do oeste da Bahia estão otimistas, o cenário para o grão melhorou.”

No oeste da Bahia, por exemplo, a área plantada com soja, que somou 850 mil hectares na última safra, deve crescer entre 5% e 10% este ano. Para o milho, a expectativa é de acréscimo de 5% na área plantada da safra 2007/2008 sobre a anterior, quando foram cultivados 280 mil hectares com o grão.

O maior otimismo, no entanto, não atenua a preocupação dos agricultores da região com as dívidas pendentes de outras safras. Segundo Santa Cruz, por conta disso, a concessão de crédito está mais seletiva.

### **Novas medidas do Seguro da Agricultura Familiar visam ampliar o acompanhamento das lavouras – Sítio Eletrônico da SAF – 31/07/2007**

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), operacionalizado pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), incluirá a partir desta safra 2007/2008 novas medidas visando o melhor acompanhamento das lavouras. A decisão foi aprovada na última quinta-feira (26) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Uma nova exigência é de que o técnico responsável pela perícia de comprovação de perdas nas culturas incluídas no SEAF utilize o Sistema de Posicionamento Global (GPS), para localização da lavoura, medição da área plantada e da altitude. Ele também deverá utilizar fotos digitais para o registro do estado da lavoura e dos danos causados. A medida entrará em vigor a partir de 2 de janeiro de 2008.

Segundo o coordenador-geral do SEAF, José Carlos Zukowski, essas medidas serão importantes para melhorar a gestão de riscos do seguro. A inclusão das fotos digitais e do GPS permite verificar se houve redução de área cultivada ou plantio em lugar diferente e, ainda, se a cultura plantada foi realmente a contratada no seguro junto ao agente financeiro.

#### **O que muda**

- Uma das novas medidas para a safra 2007/2008 refere-se à importância de que o agricultor familiar colha seu produto na época certa e o retire, levando para um local protegido e adequado, para que não corra o risco de perder a colheita por ocasião de algum evento, como chuva ou praga, por exemplo. Se o agricultor não tomar essa providência, não haverá cobertura do seguro.

- O Grupo E do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) volta a ser incorporado ao enquadramento do SEAF.

- Haverá ampliação de coberturas. Com isso, agora, todos os eventos cobertos pelo seguro vão amparar todas as culturas incluídas pelo SEAF (exceto no caso de culturas irrigadas, que continuam não tendo cobertura para seca).

- O agricultor terá de observar se de fato houve perda da colheita superior a 30% para que, somente então, solicite benefício do seguro, pois, caso haja comunicação indevida, o agricultor familiar irá arcar com os custos da perícia.

#### O que continua

- Continua em vigor a apresentação do mapa (croqui) de localização da lavoura para a contratação do SEAF, podendo ser feito pelo próprio agricultor ou por um técnico da extensão rural.

- Outra medida que continua valendo diz respeito ao agricultor que perde por três vezes a mesma cultura. Nesse caso, ele pode contratar o SEAF desde que seja para outra cultura.

#### Outras medidas já aprovadas

Para a safra 2008/2009, estão em estudo outras medidas. Algumas já foram também aprovadas pelo CMN, dentre elas, a obrigatoriedade de análise do solo, química e física para operações acima de R\$ 8 mil, o que deverá estimular o uso de tecnologia por parte do produtor.

#### Como funciona o seguro

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) foi criado em 2004 pelo MDA com a finalidade de reduzir o nível de risco a que está exposto o agricultor familiar. O valor segurado é equivalente a 100% do financiamento mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado.

Terá direito à cobertura pelo SEAF o empreendimento segurado cuja perda por causas amparadas for superior a 30% da receita bruta esperada, atendidas as demais condições contratuais. Os agricultores e agricultoras familiares que realizam financiamentos de custeio agrícola no Pronaf podem contratar o seguro.

O que é coberto pelo SEAF: chuva excessiva, geada, granizo, seca, variação excessiva de temperatura, ventos fortes, ventos frios

- doença fúngica ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, técnica e economicamente exequível

- perdas decorrentes de doença sem método difundido de combate, controle ou profilaxia (nas operações de custeio pecuário)

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**

